



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 36 - Nº 716 - DE 2 A 15 DE JUNHO DE 2024 - R\$ 5,00

## SITUAÇÃO MUNDIAL SOMBRIA

**Convergências de conflitos expõem a desintegração do capitalismo e o impulso das tendências bélicas pelo imperialismo**

**EM DEFESA DO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIAL E DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO**

**Lula acuado pela aliança entre a direita e a ultradireita**

**Reformismo se mostra impotente para enfrentar o cerco da reação**

**É PRECISO ROMPER A CAMISA DE FORÇA DA POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES DAS DIREÇÕES SINDICAIS E POPULARES**

**Levantar o programa próprio de reivindicações dos explorados**

**Todo apoio à greve da educação federal!**

**Por uma campanha de defesa das condições de existência da população do Rio Grande do Sul**

**POR UM DIA NACIONAL DE LUTA COM PARALISAÇÕES E BLOQUEIOS**

**Realizados os atos em homenagem a Guillermo Lora**

**Memória eterna ao dirigente do CERQUI e do POR boliviano!**



## Situação mundial sombria

Os Estados Unidos decidiram liberar ataques da Ucrânia em território russo. Biden justificou que não se trata de bombardeios generalizados. As armas norte-americanas vão atingir alvos militares que se encontram nas fronteiras com a Ucrânia. Segundo informação, a França, Alemanha e Inglaterra haviam incentivado os Estados Unidos a darem a autorização. O secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, declarou: “especialmente agora, quando muitos dos combates estão ocorrendo em Kharkiv, perto da fronteira, negar a Ucrânia a possibilidade de usar essas armas contra alvos militares legítimos em território russo dificulta muito a defesa do país”. Anterior a essa decisão, a Inglaterra havia se pronunciado pelo “direito de usar armas para atingir alvos na Rússia”. A intensão da França era a de enviar soldados. Caberá, como não poderia deixar de ser, ao Pentágono determinar “as diretrizes exatas sobre o que a Ucrânia poderá atacar”. Os seis membros da OTAN que têm fronteiras com a Rússia – Lituânia, Estônia, Letônia, Polônia, Finlândia e Noruega – revelaram que está constituindo um “muro de drones” para conter a Rússia. Está previsto, portanto, um rearmamento mais poderoso da Ucrânia.

Essa articulação se dá quando a Rússia avança para a segunda maior cidade da Ucrânia, Kharkiv. As forças armadas ucranianas indicam estar exaustas. Escasseiam os materiais bélicos e Zelenski não está conseguindo arremeter a juventude para as frentes de combate. De conjunto, são sinais de que a Ucrânia caminha para uma derrota. O que coloca a questão de um acordo de cessar fogo ou de uma paz.

A guerra na Faixa de Gaza desfocou o confronto na Ucrânia que já entrou no terceiro ano. Os Estados Unidos tiveram de dedicar atenção ao apoio financeiro e militar a Israel. A disputa eleitoral entre Biden e Trump retardou um acordo em torno a um projeto de sustentação da guerra na Faixa de Gaza e na Ucrânia, incluindo recursos para armar Taiwan contra a China. Superadas as divergências entre democratas e republicanos e administrado o choque no Oriente Médio, o imperialismo norte-americano voltou-se ao objetivo de prolongar a guerra na Ucrânia e apertar o cerco da OTAN à Rússia.

Depois do fracasso da contraofensiva planejada pelo governo ucraniano e com o avanço da Rússia na conquista de parte do território do Sul e do Leste, essa é a maior movimentação posta em curso pelos Estados Unidos e aliados europeus. A autorização de ataques no território russo é uma mudança significativa. Pode desencadear uma escalada da guerra e recolocar os perigos de transbordar para toda a Europa.

Está prevista uma conferência internacional na Suíça, que seria uma cúpula para discutir a paz, para os dias 15 e 16 de junho. Essa iniciativa ocorre em meio à ofensiva do imperialismo de rearme da Ucrânia. Não contará com a presença da Rússia e de seus aliados. De forma que não será uma cúpula para discutir a paz, mas para manter e prolongar a guerra. As informações dizem que Zelensky retomará sua proposta de acordo de paz que tem como condição prévia a retirada das tropas russas e a devolução da Crimeia, incorporada pela Rússia em 2014. Os Estados Unidos também sediarão uma cúpula da OTAN em que se celebrará os 75 anos desse braço armado que hoje, mais do que nunca, põe em perigo a humanidade.

O Brasil e a China fixaram recentemente uma posição em favor de uma cúpula que coloque Rússia e Ucrânia frente a frente. Com essa posição, não participarão da cúpula da Suíça. No seu pronunciamento, Brasil e China afirmam que “apoiam uma conferência internacional de paz que seja reconhecida tanto pela Rússia quanto pela Ucrânia, com participação igualitária de todas as partes relevantes, além de uma discussão justa de todos os planos de paz”. Está aí uma diferença importante, uma vez que não se impõe condições prévias para se discutir um acordo de paz e garante a apresentação dos planos já existentes.

A exigência da Ucrânia, ou seja, dos Estados Unidos e aliados, de que se sentem à mesa de negociação após a retirada das tropas russas e a recomposição das fronteiras de 1991, é um ultimato de rendição da Rússia. Zelensky reclamou que não entende “por que o Brasil está do lado do agressor”, referindo-se a não participação de Lula na cúpula da Suíça.

Somente as forças completamente alinhadas ao imperialismo e, em particular, subordinadas aos Estados Unidos, iriam numa cúpula que impõe à Rússia condições de capitulação. Tanto a China quanto o Brasil, por outro lado, não podem ser consequentes, uma vez que procuram mediar com o pacifismo hipócrita um acordo de paz. Os motivos dessa guerra

se encontram na época de dominação imperialista e têm suas particularidades na derrocada da URSS. Todos acobertam que a Ucrânia passou a servir de instrumento do imperialismo norte-americano e europeu contra a Rússia nos marcos da restauração capitalista. O recrudescimento do cerco da OTAN à Rússia fez parte e é continuidade do cerco que sofreu a URSS durante todo o período da “Guerra Fria”. As forças que restauraram o capitalismo na URSS colocaram a Rússia no centro da crise mundial do capitalismo e que, por suas condições continentais e econômicas, se tornou objeto da colonização imperialista.

O conflito entre a China e Taiwan tende a se agravar. Lai Ching-te, no seu discurso de posse como presidente, afirmou o objetivo de independizar Taiwan. Anunciou que fará uma modernização das forças de defesa. O novo presidente foi mais ousado que a sua antecessora Tsai Ing-Wen ao declarar que seu governo está pela independência e soberania da ilha. Mas, na prática, Tsai agiu como servil do imperialismo norte-americano. As forças majoritárias da burguesia taiwanense vêm se preparando militarmente para um confronto com a China, contando com o envolvimento dos Estados Unidos, que em palavras reconhecem que Taiwan é parte da China, mas que em ação fustigam a oligarquia capitalista a separar a ilha do continente chinês. Esse é um problema histórico que vem desde a Revolução Chinesa de 1949. A ameaça de Pequim com o envio de navios de guerra às imediações de Taiwan e de aviões é mais um sinal de que estão germinando as sementes da guerra. Os Estados Unidos jogam com Taiwan em sua disputa comercial com a China.

A guerra na Faixa de Gaza, que completa oito meses no dia 7 de junho, chegou a extremo de superar o número de 36 mil mortos e a previsão do Estado sionista é de estendê-la até o final do ano. Rafah está sob bombardeios. As forças israelenses chegaram até as fronteiras com o Egito. Netanyahu desconhece a resolução da Corte Internacional de Justiça que determinou um cessar fogo. As autoridades israelenses zombam da decisão de condenação de Netanyahu e outros membros pelo Tribunal Penal Internacional da ONU. O imperialismo agora procura desviar a atenção do genocídio na Faixa de Gaza para a guerra na Ucrânia. É nesse marco que Biden deu publicidade à possibilidade de um acordo com três fases. Os Estados Unidos têm como prioridade combater a Rússia. Um acordo de cessar fogo na Faixa de Gaza é parte desse cálculo estratégico.

É sintomático que a França se viu diante de um levante na Nova Caledônia, território de domínio francês no Pacífico, motivado por uma mudança no sistema eleitoral. Os nativos, indígenas, se revoltaram porque a alteração ditada pela França tira-lhes força política. Esse fato mostrou a existência de resquícios do velho colonialismo. Há pouco, o Níger se rebelou contra a dominação e o saque de suas riquezas naturais pela França. Embora esse acontecimento na Caledônia não tenha transcendência em comparação aos demais conflitos, expõe a questão da opressão nacional que se manifesta nas guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

A retomada do imperialismo em rearmar a Ucrânia, o avanço da ocupação militar do Estado sionista na Faixa de Gaza, a operação militar da China no estreito de Taiwan e o conflito na Caledônia, entre outros como as manifestações na Geórgia, evidenciam o agravamento da crise mundial. Uma atmosfera sombria paira sobre o mundo. Em sua base se encontram a disputa dos Estados Unidos com a China, a necessidade dos Estados Unidos manterem pela força das armas a sua hegemonia e o recrudescimento da opressão nacional. São manifestações do choque das forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações de produção e as fronteiras nacionais. Eis por que a atmosfera sombria indica os perigos de uma nova guerra mundial.

O movimento das massas contra o genocídio na Faixa de Gaza, as greves e as revoltas nas nações oprimidas configuram a resistência às guerras de dominação. É preciso reconhecer que a resistência operária e popular não está mais avançada e organizada devido à crise de direção. Somente o programa da classe operária contém a resposta ao conjunto desses confrontos alimentados pelo imperialismo. O que se passa na Ucrânia, na Faixa de Gaza, em Taiwan e na Caledônia são parte do mesmo fenômeno de esgotamento e decomposição do capitalismo mundial. A vanguarda com consciência de classe, ainda ultraminoritária, cumpre um papel de ordem histórica combatendo as guerras de dominação sob o programa da revolução social e do internacionalismo proletário.

# Lula acuado

As derrotas de Lula no Congresso Nacional expõem a impotência do PT e seus aliados à esquerda. A base aliada mais ampla, composta de 11 partidos, incorpora partidos de direita, movimentou-se de acordo com as pressões da oposição. Somando os votos do PT, PCdoB e Rede, que são os mais fieis, perfazem 76 parlamentares na Câmara de Deputados. Os possíveis aliados à esquerda – PSOL, PDT, PSB e PV – representam 50 deputados. Na melhor das hipóteses de uma aliança nesse campo, Lula teria 126 votos. Somente o PL, comandado pelos evangélicos, Valdemar Costa Neto e o ex-presidente Jair Bolsonaro, detêm 95. Os demais partidos de oposição que quase sempre se alinham à ultradireita bolsonarista compõem 279 votos. Via de regra, se juntam ao PL, conferindo à oposição 374 parlamentares de um universo de 513. Para se aprovar um projeto, é preciso 257 votos, e, no caso de uma PEC, 308. A base aliada do governo, portanto, corresponde a 317. Ocorre que essa base não é sólida. Segundo a experiência, a possibilidade de Lula convencer sua base aliada chega até 283 deputados. É maior a chance da oposição arrancar votos da base aliada do que o contrário. De qualquer forma, Lula está obrigado a governar sob o cabresto da ultradireita, direita e centro. O problema se agrava quando se trata da força oposicionista exercida por meio de governadores e prefeitos. Bolsonaro enfrentou uma grande crise no período da pandemia, mas teve ao seu lado a maioria parlamentar.

Entra nesse cômputo o Supremo Tribunal Federal (STF), que alcançou tamanho poder político agindo como muro de contenção do choque entre o Executivo e o Legislativo. A ultradireita reclama que a maioria de seus ministros tem favorecido os interesses políticos do governo Lula. Os constantes conflitos entre os três poderes da federação refletem a instabilidade política. A vitória de Lula por uma pequena margem de votos dificulta um alinhamento majoritário em torno à governabilidade. O bolsonarismo teve uma queda devido à comprovação de que o ex-presidente e sua cúpula militar estiveram envolvidos nos acontecimentos de 8 de janeiro. Em determinado momento, se dava a entender que a ultradireita deixaria de ter importância na crise política. As prisões efêmeras como a do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e as mais duradouras como a do ajudante de ordem de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, causaram furor nas hostes da oposição. Aos poucos, o STF passou da ofensiva para a defensiva. A meta é deixar para trás a Operação Lava Jato, reconciliando interesses de grandes capitalistas nacionais atingidos pelo processo e de figuras proeminentes da política burguesa.

Bolsonaro e a cúpula da ultradireita mostraram que têm força para promover grandes manifestações. As igrejas evangélicas acionam seus pastores em todo o país, acusando o STF de utilizar as perseguições políticas e favorecer a esquerda antipatriótica e corruptora dos valores da propriedade, família e religião. O MST tem de ser contido pela força da lei e da polícia. A escola pública deve se tornar cívico-militar. A família é convocada a seguir os preceitos da religião, ditados pela multidão de pastores. A criminalidade somente será freada por um Estado policial. Questões como as da homofobia, do feminicídio, da discriminação racial, do aborto e

das drogas constituem o ideário da ultradireita e direita, com o qual se oculta que todos esses males têm origem não na moral e nos preceitos religiosos, mas sim na alta concentração de riqueza em poder uma minoria e a gigantesca pobreza, miséria e fome que atingem a maioria oprimida. A “Marcha para Jesus” ocorrida em São Paulo, no dia 30 de maio, se destacou pela bandeira de defesa do genocídio do povo palestino. Uma imensa bandeira do Estado sionista foi carregada por uma multidão que não tem consciência sobre o significado da ocupação militar na Faixa de Gaza. Veio à tona a definição de Marx de que “a religião é o ópio do povo”.

Participantes como Tarcísio, Caiado, Nunes e outras autoridades têm defendido abertamente o massacre dos palestinos, em nome da exterminação do Hamas. Estava previsto esse conteúdo obscurantista na “Marcha para Jesus”.

É preciso, portanto, rechaçar a carta enviada por Lula em apoio a uma manifestação que manipula inequivocamente um contingente dos explorados e os usa para projetar a ultradireita. A esquerda reformista não trava um combate aos aparatos das igrejas que parasitam o orçamento do Estado e realizam grandes negócios. Observa-se que a esquerda reformista oculta essas contradições próprias do capitalismo em fase de decomposição.

Trava-se uma disputa política que desvia a atenção da classe operária e dos demais explorados de seus problemas reais e de suas causas. Recentemente, a Câmara de Deputados derrubou o veto de Lula sobre o direito de presos em regime semiaberto de poder sair da prisão por um breve tempo

para reencontrar com suas famílias. O fato de uma parcela dos presos não voltar da “saidinha” foi motivo da reação parlamentar de manter a proibição. Esse conflito entre o Legislativo e o Executivo foi explorado à exaustão. Trata-se, evidentemente, de um problema menor. As prisões há muito se tornaram depósito de presos. O enorme contingente sequer pôde se defender de acusações. O narcotráfico tomou conta do sistema prisional. Eis o retrato da barbárie social, da incapacidade da burguesia eliminar o mar de pobreza e miséria que alimenta todo tipo de deformação social. Os reformistas querem fazer crer que com a “democracia” é possível melhorar as condições dessas camadas empurradas para a marginalidade. E a ultradireita e a direita não aceitam a liberalidade e agem no sentido de ampliar e fortalecer o Estado policial.

Está claro que toda a briga sobre a “saidinha” não passa de espuma que encobre a profundidade da desintegração social do capitalismo. Outras derrotas do governo em torno às passagens da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que impediam o governo de destinar dinheiro público para os camponeses sem-terra, a utilização nos casos de aborto e de mudança de gênero e, em geral, contra tudo que atentasse à tradição da família, bem como a criminalização do uso de fake news, a desoneração da folha de pagamentos etc. soaram como perda do controle de Lula sobre sua base aliada e sobre aqueles que são financiados pelas esdrúxulas emendas parlamentares.

Lula, de fato, se viu acuado pela aliança da ultradireita e direita, e insatisfeito com o desempenho de sua base aliada. Cada vez

que estoura um conflito dessa natureza se evidencia o caráter oligárquico do Congresso Nacional. O que a imprensa denomina de “bancadas temáticas” – ruralista, evangélica e da bala -, na realidade são alinhamentos políticos que advêm da influência das frações oligárquicas burguesas. O “Centrão” se encaixa nesse mundo de interesses dos capitalistas.

A discussão de que as mudanças políticas no Brasil já não comportam o “presidencialismo de coalizão” e que é preciso avançar no sentido de um parlamentarismo ou semiparlamentarismo ressurge a cada situação em que o presidente da República não consegue galvanizar as pressões dos capitalistas e se vê diante da brutal crise social que tende a gerar explosões no seio das massas.

Lula não está nem na metade de seu mandato e tem de se curvar perante as disputas interburguesas alimentadas pela crise econômica que tem em seu centro a monumental dívida pública que se elevou para 76% do PIB (dívida líquida R\$ 6,704 trilhões, cujo resultado é obtido com a subtração da reserva cambial; dívida bruta de R\$ 8,424 trilhões). Os juros e amortizações consomem boa parte do Orçamento da União. A direita liberal, ultradireita e esquerda reformista têm em comum a responsabilidade de sustentar esse parasita que atravanca as forças produtivas. Vão se diferenciar na forma como pagar os credores e recorrer a medidas de ajuste fiscal. As promessas de Lula de ajudar os estados mais necessitados e as camadas mais empobrecidas da população não

podem ser cumpridas. A oposição mantém um cerco de ferro à política econômica de Lula.

A volta do pequeno crescimento e da redução da taxa de desemprego depois da catástrofe da pandemia tem permitido um respiro, mas tudo indica de curto prazo. O alagamento do estado do Rio Grande do Sul atingirá negativamente o crescimento nos próximos meses e os dispêndios federais vão agigantar ainda mais a dívida pública. A greve dos servidores e professores federais ocorre em um momento em que Lula está obrigado a manter o arrocho salarial, que há anos vem sendo imposto. A taxa de desemprego que caiu tem em contrapartida a explosão da terceirização e da informalidade.

As direções sindicais comparecem como auxiliares da política econômica que descarrega seu peso negativo sobre a maioria oprimida. Nesse terreno minado por contradições, a vanguarda com consciência de classe tem de dirigir-se à classe operária, aos demais trabalhadores e a juventude explorada com o programa próprio de defesa da vida da maioria oprimida. O programa que nasce das necessidades dos desempregados, subempregados, pobres e miseráveis se contrapõe tanto à política reacionária da ultradireita e direita quanto à do governo que oculta sua submissão ao grande capital e ao imperialismo com o palavreado reformista e humanitário.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário contra a escola cívico-militar

## **Combater o avanço da militarização nas escolas públicas!**

*Abaixo as escolas cívico-militares!*

*Em defesa da escola pública, democrática e laica!*

*28 de maio de 2024*

A aprovação do PL 9/2024, que institui as escolas cívico-militares em São Paulo, é mais um passo da intervenção do Estado policial na educação do país. A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o projeto do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), 54 a 21 votos. A oposição parlamentar, liderada pelo PT e PSOL, se mostrou incapaz de impulsionar um movimento que levantasse os estudantes, professores, funcionários e pais contra esse ataque obscurantista ao ensino público. A pequena manifestação de secundaristas foi reprimida duramente. A Polícia Militar realizou prisões para impor a ordem do governador bolsonarista.

A União Brasileira de Estudantes Secundarista (UBES) e União Nacional dos Estudantes (UNE) foram omissas. Permitiram que o governador, prefeitos e parlamentares da ultradireita ficassem com as mãos livres para fazer uma rápida manobra e assim decidissem a questão sem maiores consequências políticas e sociais. Trata-se da responsabilidade da UBES e UNE, dirigidas pelo PCdoB, PT e PSOL, sobretudo. Esse acontecimento expôs a falência política das direções que controlam as organizações da juventude estudantil. Mas a responsabilidade não se limita às entidades estudantis. Os sindicatos de professores e funcionários igualmente carregarão nas costas as consequências autoritárias da implantação das escolas cívico-militares no estado de São Paulo. A Apeesp, Sinpeem e Afuse estão igualmente sob o controle ou influência da política de colaboração de classes do PT, PCdoB e PSOL.

A derrota legislativa se deu nas condições de desorganização do movimento de estudantes, professores e funcionários. Por não ter havido um movimento de luta desde as escolas, a derrota foi

tão somente da política de colaboração de classes dos reformistas e oportunistas que se valem das organizações da juventude e dos trabalhadores para desenvolver uma linha de oposição burguesa, que tem por conteúdo a colaboração e a negação da luta de classes. É preciso dizer claramente que Tarcísio e Nunes foram adiante com o projeto do ex-presidente Bolsonaro de implantar pela via federal o Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Embora o governo ultradireitista tenha conseguido introduzir o Pecim em cerca de 200 escolas de um universo de 178,3 mil – número considerado pequeno -, pavimentou o caminho para os governadores e prefeitos avançarem nesse objetivo policialesco.

Lula extinguiu o “modelo Pecim”, mas não enfrentou o seu enraizamento em vários estados. Sob o governo de Dilma Rousseff, em 2013, “estima-se que o Brasil tinha 39 escolas militarizadas, número que atingiu pelo menos 816 escolas em 2023, impulsionadas pelo Pecim”. Essa informação mostra que a extinção de cerca de 200 escolas cívico-militares erguidas por Bolsonaro representa “menos de 15%”.

O objetivo de colocar as escolas públicas sob a tutela das Forças Armadas e da Polícia vem sendo cultivado desde 1990. Trata-se de uma herança de 21 anos de ditadura militar. Na sombra da redemocratização, a fração burguesa oligárquica que exerce ampla influência sobre o Estado garantiu o continuísmo do poder militar sobre a vida social do país. É inconcebível para a burguesia a existência de uma escola pública democrática, que implica a mais ampla liberdade de ensino, elaboração curricular, organização estudantil e manifestação sindical e política.

As tentativas de democratização da escola pública em alguns estados se esgotaram rapidamente, na medida em que a crise social e as tendências da luta de classes se potenciaram. A ideia de que a escola deveria estar integrada à “comunidade” e por ela controlada não passou de um sonho dos reformistas. Ao contrário, os governantes se mostraram suscetíveis às pressões dos militares e da polícia para que impusessem uma disciplina de quartel. Não tendo como contornar a crise social potenciada pelo desemprego massivo da juventude e pela pobreza e miséria; não tendo como reverter a proliferação da criminalidade, das drogas e da marginalidade – expressões do capitalismo em decomposição -, o Estado não tem outra resposta a não ser impor uma ordem militarista e policial, cujas consequências são de esmagamento da escola pública e de imposição da violência institucional desfechada contra a juventude que se rebela, de uma forma ou de outra. Nessas condições, a escola pública traz para dentro de si e reflete as chagas da sociedade de classe, que não tem como incorporar a juventude no trabalho e no ensino.

Os pressupostos militaristas de uma escola pública regida pela força policial, como a forma de garantir uma disciplina de ferro e uma aprendizagem dirigida por uma hierarquia estatal-burocrática e privada, certamente fracassarão. O resultado será o de reforçar a ditadura de classe da burguesia sobre os explorados e, em particular, sobre a juventude oprimida.

A questão da disciplina garantida pelos métodos da repressão policial vem acompanhada de pressupostos ideológicos. Seus defensores se valem da justificativa de que a indisciplina e a violência que se manifestam no interior do sistema escolar público são causadas pela falta de uma cultura patriótica e religiosa. Sem essa cultura, a escola se encontra desajustada quanto aos objetivos de promover os valores da família e cultivar na juventude o respeito à hierarquia e à autoridade estatal. Com as escolas cívico-militares, a disciplina viria de fora para dentro e a gestão escolar concentraria em suas mãos a consecução de tais valores. Seria cívica porque o ensino continuaria sendo ministrado pelo corpo docente. Seria militar porque a polícia responderia pela disciplina individual e coletiva. Assim, se soldariam duas funções do Estado, que são realizadas pela Secretaria da Educação e a Secretaria de Segurança Pública. Os responsáveis pela política educacional contariam com uma gestão externa. Os responsáveis pela disciplina e hierarquia contariam com o poder das armas, dos processos judiciais e das prisões. Essa moldagem fundiria os valores cívicos e morais com os valores da disciplina militar. Essa é a fisionomia político-ideológica construída pela direita e ultradireita burguesas. No fundo, se encontram as raízes do determinismo fascista.

Os ideólogos, politiquinhos e profissionais que procuram modelar a escola pública à semelhança dos quartéis estão obrigados a ocultar as causas de sua degradação. Para isso, inventam causas ideológicas. A escola estaria sendo “esquerdizada”, de forma que se afastou de valores familiares, religiosos e patrióticos. Sendo assim, se tornou uma porta de entrada da anarquia social. A violência entre a juventude, e desta contra os professores e autoridades escolares, seria causada por uma educação divorciada da família e da religião, sobretudo. O problema da aversão da juventude à própria escola e da negação à aprendizagem nasceria da perda de valores. As drogas teriam invadido a escola pública porque a juventude se encontra desajustada, devido ao seu afastamento da organização familiar, das instituições religiosas e das diretrizes do Estado. O conhecimento e a orientação cívico-moral estariam debilitados por ideologias incompatíveis com a estrutura familiar e com os valores educacionais assentados na disciplina derivada do Estado. O movimento identitário que trata de questões como racismo, orientação sexual, feminicídio etc. teria descaracterizado a educação e desviado de sua função de disciplinar socialmente a juventude. A solução viria de uma mudança estrutural da instituição escolar, que passaria a funcionar sobre a base da interação do civismo e do militarismo.

A pouca experiência com a implantação da escola cívico-militar em alguns estados é suficiente para se ter o prognóstico de que fracassará. Isso porque a ideologia não se sustenta em um castelo de valores burgueses e à base do disciplinamento policial. Qualquer que seja o valor estabelecido pela classe dominante na sociedade de classe se apoia e reflete as relações de produção, propriedade e exploração da força de trabalho. A rejeição instintiva e em grande medida anárquica aos “valores” considerados eternos pela juventude se origina no esgotamento histórico do capitalismo. Trata-se de uma fase em que sob a gigantesca massa de riqueza concentrada em poder de uma minoria burguesa impera a barbárie social.

No Brasil, milhões de jovens nunca tiveram um emprego, ocorrem-se com o subemprego, passam todo tipo de privação e não chegam a ingressar no ensino médio. Eis por que 11,4 milhões de jovens e adultos são analfabetos. E os que são alfabetizados, em sua maioria, se encaixam na categoria de semialfabetizados. Esses números gigantescos são indicadores da falência da burguesia em criar fontes de trabalho e garantir acesso de todos à educação. É sabido que uma parcela significativa de jovens de famílias operárias e camponesas acaba sendo empurrada para a criminalidade e em especial para o narcotráfico.

A parcela que escapa a essa condição passou por uma escola desvinculada da produção social. Não pôde desenvolver suas faculdades intelectuais que dependem da unidade entre a teoria e a prática, entre o conhecimento realizado na escola e o trabalho. Está fadada a enfrentar a pobreza e a miséria.

Não é por falta de estatística que os defensores da escola cívico-militar e da ideologia ultradireitista da “Escola sem Partido” escondem a realidade crua e nua que alimenta o divórcio e o antagonismo da juventude proletária e camponesa com a escola que a burguesia lhe oferece. O sistema privado de ensino, povoado pela juventude de classe média, não é motivo para o programa da escola cívico-militar. E os militares têm suas próprias escolas, mantidas pelo Estado. Certamente, os idealizadores da escola cívico-militar se apoiam nesse tipo de escola de casta e no do sistema privado. No fundo, são privatistas. Não por acaso, se comprovam denúncias de que os policiais estão criando negócios privados no monitoramento de escolas cívico-militares. Utilizam-se de recursos públicos para favorecer organizações privadas que terceirizam, elaboram materiais didáticos e concorrem no mercado de apostilas.

O projeto de Tarcísio prevê um salário ao policial aposentado maior do que o dos professores, podendo ir de R\$ 6.271,75 a R\$ 9.392,62 mensais. Enquanto se cria uma leva de policiais aposentados que vai parasitar a escola pública, milhares de professores se acham na condição de contratados precários, tendo de trabalhar por mais 40 horas semanais, recebendo até R\$ 5.000,00 bruto - com o desconto do INSS, na melhor das hipóteses, seu salário não ultrapassa R\$ 4.000,00. Uma vasta camada de contratados precários não consegue as 40 horas semanais. A precarização brutal do trabalho do professor e do funcionário não só é mantida pelos governos, como essa política privatista tende a ser cada vez mais ampliada. Basta levar em conta o conjunto dos fatores econômicos e sociais que estão na base da decadência do sistema público de ensino e da situação caótica da juventude, para se evidenciar o caráter reacionário do movimento burguês pela implantação da escola cívico-militar. Por outro lado, expõe pela negativa a incapacidade do reformismo burguês e pequeno-burguês de combater e derrotar a movimentação da direita e ultradireita voltada a reprimir a revolta da juventude.

A aprovação do Projeto do governador Tarcísio não somente reforça o avanço nacional da escola cívico-militar. O peso do estado de São Paulo manterá a região Sudeste e Sul como o carro-chefe do programa de Bolsonaro de submeter a escola pública ao controle policial. O estado do Paraná tomou a dianteira desde 2019, aplicando o Pecim e criando escolas cívico-militares do estado. O Pecim, na realidade, deu partida a um movimento político voltado à estruturação das escolas cívico-militares, em consonância com a

força política que comanda cada estado. Apoia-se juridicamente na autonomia de cada ente federativo de reger a escola pública. Na ausência do Pecim, o programa se manteria sob a gestão de governadores e prefeitos alinhados com a direita e ultradireita obscurantista. A extensão da rede de escolas cívico-militares para o estado de São Paulo ocorreu precisamente quando Lula revogou o Pecim. Nota-se que os governadores, que foram ou que são adeptos do bolsonarismo, trabalham a partir de seus estados para sustentar o caráter nacional da escola cívico-militar como foi concebida pelo Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Sem resistência do próprio governo federal e das forças políticas da esquerda reformista, Tarcísio assegurou a existência do Pecim sob a máscara de um projeto estadual e do princípio da autonomia dos estados diante da centralização que cabe à União. A marcha concreta que avança a instalação da escola cívico-militar sobrepõe-se à centralização da União e anula a decisão do governo Lula de revogação do Pecim. Essa manobra dos bolsonaristas chega ao seu ponto alto no estado de São Paulo. É bom lembrar que Tarcísio foi buscar o ex-secretário da Educação do Paraná, Renato Feder, justamente para implantar a escola cívico-militar e promover a intervenção privada no sistema de educação pública. A “plataformização” arquitetada por Feder segue as diretrizes privatizantes e ditatoriais.

A luta para derrubar a escola cívico-militar depende da mobilização estudantil-docente. Deve ser um levante que vai da educação básica à universitária. Os campi já estão militarizados pela presença ostensiva da polícia. A juventude, professores e funcionários estão diante de uma política mercantilista e militarista. Trata-se de levantar as bandeiras de “Fim da escola cívico-militar” e pelo “Ensino público, democrático e controlado por quem estuda e trabalha”. Essas bandeiras imediatas correspondem ao programa da classe operária e dos demais trabalhadores de estatizar por completo o sistema educacional, estruturar o sistema único de educação pública e estabelecer o fundamento científico da escola, que se assenta na unidade entre a teoria e a prática, aprendizagem escolar vinculada à experiência na produção social. Por essa via, se acabará com a intervenção do empresariado, da religião e dos militares na escola. Uma escola regida pelo princípio do sistema único, gratuito, científico e laico elevará a cultura, o conhecimento exigido pelo progresso das forças produtivas e o método da crítica. A liberdade de expressão, organização e manifestação florescerá de acordo com as condições da luta de classes e com o programa estratégico de transformação das relações capitalistas de produção em relações socialistas, da substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social.

O enfrentamento à escola cívico-militar faz parte da luta contra a mercantilização da educação, e, portanto, pela estatização do sistema privado. A juventude oprimida e os trabalhadores da educação encarnarão a tarefa democrática de eliminar a mercantilização do ensino e a intervenção de forças estranhas ao processo de formação científica, que hoje se acha praticamente extinto na escola burguesa decadente. Por ser uma tarefa democrática-burguesa, caberia à própria burguesia impulsaná-la. Ocorre, porém, o oposto, com o intervencionismo do Estado-policial e das forças políticas da burguesia, que sufocam o ensino científico e crítico, e que esmagam a capacidade criadora da juventude, que se encontra diante de uma escola divorciada da produção social. A escola cívico-militar se choca com a tarefa democrática de colocar o processo

educacional nas mãos de quem estuda e trabalha. O outro lado da questão está em lutar pelo acesso de toda a juventude à produção social e à escola. O que implica a defesa do emprego a todos, de um salário compatível com as necessidades da família trabalhadora e a adoção de uma jornada de trabalho que combine com a jornada de estudo. Esse programa de transformação democrática da escola e de defesa da força de trabalho da juventude, certamente, é ponto de partida para combater a escola burguesa putrefata e as suas variantes que chegam à negação completa da escola pública, como é o caso da escola cívico-militar. É imperativo deixar claro para a juventude e os trabalhadores em movimento que a tarefa democrática das transformações educacionais é parte e subproduto do programa da revolução proletária, que transformará as relações de propriedade e abrirá caminho para a construção do socialismo e superação da sociedade de classes.

A vanguarda e as camadas mais avançadas da juventude e dos trabalhadores que podem contrapor-se à marcha antidemocrática da escola cívico-militar estão obrigadas a assumir o programa das transformações socialistas. Está patente que o capitalismo já não comporta reformas estruturais. Justamente por isso, afundam as boas intenções dos reformistas e se erguem as fatídicas intenções da ultradireita, que impõe as contrarreformas. A escola cívico-militar é mais uma peça das contrarreformas, que vão das relações trabalhistas ao funcionamento da educação.

As burocracias estudantil e sindical, por reproduzirem a política de conciliação de classes e se agarrarem à utopia das reformas renovadoras do capitalismo, sucumbem diante dos ataques da ultradireita burguesa, cuja força política se encontra no grande capital e, em particular, nas suas frações oligárquicas. Não podem assumir e lutar pelas tarefas democráticas que cabem à educação. Sua impotência, nesse sentido, se mostrou de corpo inteiro diante da institucionalização da escola cívico-militar pelo governo Tarcísio. A subordinação da luta pelas tarefas democráticas às eleições e às bancadas parlamentares conduz à impotência e, consequentemente, à capitulação. Graças à desorganização da classe operária e da juventude oprimida, a burguesia vem impondo as contrarreformas. Essa contradição reflete a crise de direção. Os explorados carecem de uma direção que elabore, domine e trabalhe por um programa próprio, que por sua natureza de classe é antagônico à política e às medidas contrarrevolucionárias. A luta contra a escola cívico-militar somente pode ser assumida pela juventude e pelos trabalhadores se se colocar pelo programa das transformações democráticas como parte das transformações socialistas.

O Partido Operário Revolucionário combateu e combate a escola cívico-militar com o programa democrático que passou das mãos da burguesia para as da classe operária. Esse Manifesto se dirige à juventude oprimida, aos trabalhadores da educação e ao conjunto dos explorados, conclamando as direções políticas, sindicais e estudantis para que rompam com a paralisante política de conciliação de classes, que convoquem assembleias para organizar a luta coletiva voltada a derrubar o programa educacional de Tarcísio/Feder e acabar com a escola cívico-militar. O ponto de partida se encontra nas bandeiras “Fim da escola cívico-militar” e pelo “Ensino público, democrático e controlado por quem estuda e trabalha”. Essa luta não se circunscreve ao estado de São Paulo. Trata-se de um movimento nacional para derrotar a ofensiva da ultradireita obscurantista.





# NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XX - Maio de 2024**

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária - Rio Grande do Sul

## Tragédia no Rio Grande do Sul

*Organizar a luta operária e popular*

*Por um programa emergencial sob o controle dos trabalhadores*

Quem mais sofre com as enchentes que atingiram a maior parte do Rio Grande do Sul são os desabrigados, as crianças e os velhos, os que foram para os abrigos, os que se socorreram de parentes e amigos, os que perderam familiares, os que já não têm suas casas, os que perderam o emprego, os que sobrevivem como subempregados crônicos e os que mingam no desemprego. De conjunto, formam a maioria oprimida pelo capitalismo.

Certamente, o sofrimento de camadas da classe média que têm alguma posse conflui com o caudal das massas mais empobrecidas e destituídas de qualquer recurso para se defender diante da situação de ampla e profunda calamidade social. Um plano de emergência deve partir da defesa da maioria oprimida. Por ser emergencial, é o que os atingidos mais necessitam para ter onde morar, o que comer, onde trabalhar, onde recorrer diante das doenças, como ter acesso aos remédios e onde levar as crianças para estudar ou ser cuidadas.

De onde arrancar os recursos para o plano de emergência? Não há outra via senão ao do Estado e dos grandes capitalistas. Não existem outras fontes, a não ser as dos próprios exploradores e de seu Estado burguês, que concentram toda a riqueza em seu poder. E como arrancar os recursos necessários? Organizando os atingidos e os não atingidos, mas que pertencem às classes trabalhadoras – operários, camponeses, funcionários, comerciários e outros – e que têm ajudado no trabalho de fato solidário, desprendido de interesses materiais, eleitorais, religiosos etc.

O Boletim Nossa Classe chama as forças político-sociais que pensam e agem em defesa da maioria oprimida a organizar um movimento independente do Estado, dos governantes, dos partidos patronais, das igrejas e de toda organização que expressa interesses dos exploradores. Chama e trabalha por constituir uma frente única classista em defesa de um programa de emergência a ser imposto pela luta coletiva ao Estado e aos capitalistas.

### Programa de emergência dos explorados

1) Que o governo federal, Lula, e o estadual, Leite, cubram todas as necessidades das famílias que perderam suas casas e que ficaram sem uma fonte de subsistência;

2) Que todos os empregos sejam garantidos, com os respectivos salários e direitos trabalhistas;

3) Que se abra frentes de trabalho para os desempregados e subempregados terem um salário mínimo de acordo com as necessidades fundamentais;

4) Que se abram refeitórios públicos e gratuitos enquanto existir desabrigados e famílias sem recursos;

5) Que se concedam passes de transporte gratuitos enquanto estiver vigente o estado de emergência;

6) Que o auxílio emergencial já estabelecido pelo governo seja controlado por um comitê operário e popular de defesa da vida

dos assalariados, dos pequenos agricultores, comerciantes e de serviços

7) Que se reconstruam prioritariamente hospitais e escolas;

8) Que os enfermos sejam atendidos gratuitamente nos hospitais privados, que devem se colocados sob regime de emergência para atender toda a população

O Boletim Nossa Classe avalia que esse programa de emergência permite a maioria pobre e miserável atravessar esse primeiro momento da catástrofe social, cuja durabilidade não será curta.

### A responsabilidade das centrais, sindicatos e movimentos

As organizações dos trabalhadores devem ser chamadas a ocupar um lugar de combate em torno ao programa de emergência. Para isso, está colocada a luta para que suas direções rompam com a política de subordinação aos planos de Lula e Leite, que sobrepõem aos interesses dos empresários às necessidades urgentes e futuras das massas atingidas.

As campanhas de arrecadação de fundos e bens, realizadas pelas organizações dos trabalhadores, está subordinada às diretrizes dos governantes, dos empresários, das igrejas e de outros aparatos que servem à manutenção da sociedade de classes. O hipócrita humanitarismo deve ser desmascarado. Por esse caminho, continuará a imperar a politicagem burguesa que está na base do programa dos governos e dos capitalistas.

O Boletim Nossa Classe subordina as campanhas imediatistas de proteção aos desabrigados e famintos à organização da luta em torno ao programa de emergência próprio dos trabalhadores e do seu controle por comitês operários e populares. Neste sentido, o Boletim Nossa Classe defende:

a) Que os sindicatos convoquem as assembleias para discutir e aprovar o plano de emergência dos trabalhadores e organização dos comitês operários e populares.

b) Que as assembleias organizem uma campanha em todo o estado do Rio Grande do Sul;

c) Que exijam das centrais e movimentos que realizem uma campanha nacional de luta;

d) Que as centrais convoquem um dia nacional de luta em defesa do programa emergencial para os Rio Grande do Sul e de um programa geral em defesa dos empregos, salários e direitos, com paralisações, bloqueios e manifestações.

### Quem deve arcar com o plano de emergência são os capitalistas

Parece que essa defesa não tem sentido. Afinal, o plano de Lula, Leite, Pacheco e Lira se apoia em recursos do Tesouro Nacional. Formalmente é assim. Mas, os bilhões previstos terão de

ser pagos pelos assalariados, pequenos produtores e comerciantes. Recairão sob a forma de impostos, de contrarreformas (trabalhista, previdenciária, terceirização), de congelamento salarial, de aumento dos preços dos produtos da cesta básica, de um salário mínimo miserável etc.

Eis por que os empresários do Rio Grande do Sul querem que a maior parte dos recursos sejam colocados em suas mãos. E exigem a liberdade de reduzir os salários, impor o banco de hora, lay-off, férias coletivas etc. Em nome de que também perderam com a interrupção dos negócios, os grandes empresários nacionais e as multinacionais pleiteiam subsídios.

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) está a todo vapor mobilizando parlamentares, prefeitos e o governador Leite para aumentar a pressão sobre Lula para que abra as comportas do Tesouro Nacional e ceda com medidas de apoio financeiro aos seus negócios. Os recursos para as famílias trabalhadoras são infinitamente menores. Não passam de tapa buracos.

Leite pediu a Lula anistia à dívida do estado. Conseguiu adiamento do pagamento dos juros e amortização, e assim teve de se contentar com um subsídio. A dívida do estado e dos municípios segue o mesmo princípio da dívida da União: favorecimento aos monopólios, aos grandes capitalistas nacionais e sobretudo aos banqueiros e investidores. Quem arca, porém, com a maior parte da gigantesca dívida pública são os assalariados. São os que dependem do salário mínimo, da previdência, da saúde e educação

públicas etc. Os custos do plano de emergência de Lula-Leite serão pagos por todos os explorados e oprimidos brasileiros. Os capitalistas que deveriam pagar, sairão como ganhadores.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que a população trabalhadora, explorada e sofrida se defenda com seu programa próprio de emergência, cujos recursos devem sair do não pagamento da dívida pública:

1. Que todo recurso necessário para proteger os trabalhadores e reerguer a economia do estado venha do não pagamento da dívida pública;
2. Que as multinacionais e grandes grupos nacionais paguem pelas obras de reconstrução;
3. Que todos os empregos e direitos trabalhistas sejam preservados;
4. Que os desempregados e subempregados sejam convocados para as obras de reconstrução das cidades, dos municípios e do estado.

Para contrapor ao plano de emergência dos trabalhadores ao de Lula-Leite e do grande capital, é preciso organizar a luta convocando as assembleias, formando os comitês operários-populares e unindo os movimentos e correntes políticas que reivindicam a defesa da família trabalhadora a constituírem a frente única de combate. Este é o chamado do Partido Operário Revolucionário (POR), por meio do Boletim Nossa Classe.

## Rio Grande do Sul

# Levantes nos bairros de Porto Alegre

Se não bastasse a situação de calamidade - a chuva constante, as enchentes, a falta de luz e água, bairros inteiros alagados e sem perspectiva de escoamento das águas, perdas de móveis, eletrodomésticos e até casas inteiras, centenas de mortos e desaparecidos -, os moradores dos bairros e vilas operárias de Porto Alegre têm ainda de enfrentar o terrorismo policial. Além de não solucionarem o problema das casas inundadas, das perdas materiais e levarem adiante o projeto que prevê reunir em verdadeiros campos de concentração constituídos de casas de lonas o grande contingente de desabrigados, o Estado burguês ainda apresenta sua face repressiva, potenciada num amplo

complô de Melo, Leite e Lula com governadores de outros estados, que enviam destacamentos de policiais civis e militares a Porto Alegre, para exercerem a repressão policial nas ruas das cidades em geral e nos bairros proletários em particular.

Como consequência, uma das vítimas foi Vladimir Abreu de Oliveira, operário da construção civil e morador do condomínio Princesa Isabel, conjunto habitacional localizado no bairro Santana, centro-leste de Porto Alegre. Encontrado morto no extremo-sul da cidade, com ferimentos e sinais de tortura, Vladimir estava desaparecido desde o dia 17 de maio, quando ocorreu uma invasão da brigada militar no condomínio, na qual ele foi sequestrado. Diante do bárbaro assassinato e das falsas alegações dos policiais de envolvimento de Vladimir com o tráfico de drogas local, os moradores do condomínio, expressando repúdio e resistência à repressão policial, foram às ruas com métodos próprios da luta de classes: queimaram ônibus e bloquearam avenidas. E apesar da grande repressão, da invasão e da ocupação policial do condomínio e da região do entorno, a luta dos moradores do Cohab Princesa Isabel foi só o ponto de partida de uma série de protestos que se sucederam na segunda metade do mês de maio em Porto Alegre.

Se acentuam as tendências de luta de classes: bairros e vilas operárias mostram o caminho, confiar somente no seu próprio método na luta por suas reivindicações.

Bairros com população predominantemente proletária vem sendo palco de inúmeros protestos em Porto Alegre e na região metropolitana. Por se tratar dos locais mais atingidos pela enchente e diante da ausência de solução efetiva por parte dos governos, a situação atual é catastrófica. Assim como os moradores do condomínio Princesa Isabel, a ação direta das massas, com bloqueio de estradas e avenidas, tem sido a forma encontrada pelos moradores dos bairros mais atingidos para imporem suas reivindicações.

Desde Eldorado do Sul, passando por Canoas, pela zona norte da capital e outras regiões, seja com desabastecimento, seja pelo não escoamento das águas, chegando à ocupação para moradia,



sistematicamente surgem novos focos de lutas. Em todos eles, se manifesta a rejeição explícita à consignas eleitorais, como a bandeira “Fora Melo”, e à participação dos partidos burgueses.

Na zona norte da capital, destacam-se as frequentes ocupações das estradas e rodovias e as reivindicações da utilização dos equipamentos enviados pela Sabesp de bombeamento de água não somente nas áreas nobres da cidade, mas também nos bairros com grande densidade populacional, as quais se encontram quase que totalmente submersos desde o início do mês de maio, como Anchieta, Humaitá, Sarandi e Vila Farrapos. No Sarandi, em particular, um dos maiores bairros de Porto Alegre, composto de um conglomerado de vilas, um dos principais fornecedores de mão-de-obra empregada no cordão industrial do extremo-norte metropolitano - zona norte, Cachoeirinha, Gravataí e Canoas – a reivindicação girou em torno ao fechamento do dique rompido, localizado na Vila Brasília, ação que possibilitaria a contenção do

fluxo de água nas ruas do bairro. Em torno a essa reivindicação, em três momentos houve bloqueio da Av. Sertório e Assis Brasil, avenidas com grande fluxo na região limítrofe do bairro, a qual começou a ser atendida dia 29 de maio, porém com a destruição de casas da Vila Dique e com repressão aos moradores.

Essa série de levantes espontâneos nos bairros, com suas contradições, sua composição heterogênea e indefinição política são a comprovação da crise histórica de direção. A rejeição aos partidos burgueses e às suas bandeiras que tentam catalisar a revolta para a disputa eleitoral, e a defesa das suas próprias reivindicações através dos métodos de ação direta, não encontram uma força política capaz de expressar os interesses dos explorados. Daí a necessidade da classe operária construir o seu partido, que poderá organizar e dirigir a luta de toda massa de oprimidos. O POR, no seu estágio embrionário, busca justamente se tornar este instrumento indispensável da luta de classes.

## Rio Grande do Sul

# **Chega de sucateamento e privatização de nossos serviços para a exploração imperialista! Exigimos a retomada da CEEE e demais companhias sob gestão dos trabalhadores e consumidores.**

Como se não bastasse a devastação provocada pelas chuvas e inundações, os trabalhadores gaúchos ainda sofrem com a falta de luz e água. Segundo o boletim do dia 29/05 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), depois de um mês de calamidade, 69 mil consumidores ainda estão sem fornecimento de energia no RS, sendo 24,9 mil da CEEE Equatorial (1,31% dos clientes da distribuidora), com mais de 12 mil só em Porto Alegre. Para piorar a situação, no dia 25/05 ocorre o rompimento de uma adutora de abastecimento de água do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE) na Zona Norte de Porto Alegre, deixando os bairros mais atingidos pela enchente sem água e sem previsão de regularização.

Desde a privatização da CEEE em março de 2021, o serviço só piora e as contas só aumentam. Em 2022, a Equatorial no RS apresentou os piores índices do serviço no Brasil. E junto com o prejuízo aos consumidores, veio a precarização do trabalho: além de demitir os técnicos especializados, a Equatorial contratou trabalhadores terceirizados através da empresa Setup Automação e Segurança que acumula casos de acidentes e mortes em trabalho.

O Grupo Equatorial tem um histórico de apagões não apenas no RS como em outros Estados onde se apropriou das companhias elétricas (como ocorreu no Piauí, no Pará, em Goiás e em Alagoas). Entre seus acionistas encontram-se a Squadra Investimentos, o Opportunity (fundado por Daniel Dantas, envolvido em diversos esquemas de corrupção), o fundo de pensão canadense CPPIB e o empresário Jorge Paulo Lemann, dono da Ambev. Portanto, é mais um tentáculo do imperialismo explorando o setor elétrico através do parasitismo do capital financeiro transnacional.

A situação não é diferente no setor hídrico. No ano passado, se registrou o maior nível acumulado de chuvas da história em Porto Alegre e, mesmo assim, a prefeitura zerou o investimento para prevenção contra cheias. Vários engenheiros confirmaram que grande parte dos problemas poderiam ter sido evitados se não fossem o sucateamento e as privatizações (90% dos problemas foram ocasionados por falta de manutenção). Em zonas próximas ao Guaíba, principalmente em bairros proletários como o Sarandi (que continua debaixo d'água), a falta de manutenção dos diques

de contenção contribuiu consideravelmente para as inundações. Enquanto que os alagamentos de bairros distantes do Guaíba ocorreram pelo acúmulo de resíduos nas bocas de lobo, impedindo a água de descer pela rede de galeria pluvial (que também agravou a enchente nos bairros atingidos). Isso poderia ser evitado, caso a manutenção dos esgotos estivesse em dia, mas a extinção do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) em 2017 pela prefeitura praticamente acabou com esse tipo de serviço. Para piorar a situação, das 23 estações de bombeamento do DMAE, apenas 13 estavam em operação até o dia 28/05. Portanto, é urgente que seja retomado o DEP como parte de um sistema único do setor hídrico da cidade, administrado pelo DMAE e sob controle dos trabalhadores e consumidores.

A péssima gestão hídrica da região metropolitana se deve em grande parte ao sucateamento do DMAE pelas sucessivas prefeituras e à privatização da Corsan pelo governo estadual de Leite. Em Porto Alegre, esse fato se traduziu no desmantelamento da autonomia da autarquia. Em 2015, o valor congelado no caixa do DMAE era de R\$ 141 milhões, acumulando-se nas gestões de Marchezan e Melo, chegando aos atuais R\$ 400 milhões retidos. Esse bloqueio no caixa provém da política privatista. Em dezembro de 2020, o próprio Tribunal de Contas do Estado (TSE-RS) responsabilizou a prefeitura por ter retirado a autonomia administrativa do DMAE para propositalmente sucatear o serviço. Desde então os investimentos caem cada vez mais na mesma medida em que cresce o caixa bloqueado.

Além disso, também ficaram sobrecarregados os trabalhadores do serviço. Entre 2007 e 2024, o DMAE sofreu uma redução drástica no quadro de funcionários, passando de 2.493 para 1.050. Em 2022, o pedido de contratação emergencial de 400 funcionários foi negado pela prefeitura. É necessário contratações emergenciais imediatamente, assim como a quebra do bloqueio administrativo. Que o DMAE esteja sob controle dos trabalhadores e consumidores. Todas as medidas que levaram a privatizações e sucateamentos são justificadas pelos governos com a desculpa de que estavam cumprindo “metas fiscais”, mas na verdade estavam enriquecendo um punhado de banqueiros e financistas que faturam com a dívi-

da pública, assim como os interesses de corporações privadas que visam se apropriar dos setores de eletricidade e água do RS. Foi assim que a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) foi apropriada pela Aegea Saneamento, uma empresa de capital aberto cujos acionistas são grupos como Itaúsa, GIC (fundo soberano de Cingapura) e Equipav, ou seja: outra parasita do capital financeiro multinacional. E vale mencionar que a Aegea também financiou a eleição da atual prefeitura de Porto Alegre com o interesse de monopolizar o serviço de água da região.

Não podemos tolerar mais esse superfaturamento às custas da vida do proletariado. Nossos serviços não podem ficar mais nas mãos de capitais imperialistas e de seus governos lacaios que se apropriam do dinheiro público. Devemos nos organizar e exigir a retomada da CEEE e da Corsan como companhias públicas sob controle operário, bem como o fim do sucateamento privatista do DMAE, colocando todas sob a administração direta de trabalhadores e consumidores.

## Posição das esquerdas sobre o desastre no Rio Grande do Sul

O desastre que atingiu milhares de trabalhadores no Estado do Rio Grande do Sul mobilizou as diversas forças sociais e políticas, ONG's e igrejas, além dos governos, que usam a comoção para se posicionar nas disputas políticas e por espaços junto ao eleitorado.

Dos agrupamentos de esquerda esperava-se formas de organização popular que elevassem a luta dos desabrigados e dos explorados em geral contra o Estado burguês e contra o ordenamento capitalista, que em última instância, é o responsável pelo desastre, cuja continuidade provocará outras desgraças afetando brutalmente a vida das massas.

Entretanto, não é isso que se constata ao examinar uma amostra das poucas manifestações públicas dessas esquerdas. Localizamos posicionamentos do PCB-RR, do PSTU e do MRT posteriores às inundações do início do mês de maio. Em todos os posicionamentos o que se destaca é a preocupação primordial de responsabilizar o governador do RS e o prefeito de Porto Alegre, e no caso do PSTU e o MRT, também o governo Lula, numa postura eleitoral, em vez de desenvolver propostas e formas de organizar efetivamente a população em defesa de suas vidas enfrentando o Estado burguês. Além disso, o documento do MRT se inicia com uma longa consideração acadêmica sobre os desequilíbrios climáticos o que de saída já indica a prioridade ecológica na explicação da hecatombe. Predomina, dessa forma, as ilusões reformistas.

O PCB-RR, no documento "Programa emergencial para a sobrevivência do povo gaúcho" afirma que: "Entra governo e sai governo e nossos impostos e o dinheiro público nunca são usados para melhorar a vida e o bem-estar do povo trabalhador". Esta afirmação sugere que sob o capitalismo o que se arrecada como impostos e outras formas poderia se destinar a "melhorar a vida do povo". Em vez de denunciar que, pela natureza de classe, o Estado burguês é um instrumento de opressão e da exploração da força de trabalho, e que portanto, para que os oprimidos tenham uma existência humana devem destruir o Estado burguês, estes estalinistas incentivam as ilusões das massas nesse Estado burguês, por conseguinte, se colocam na perspectiva de defesa da continuidade do regime capitalista de exploração, mas, melhorado mediante a utilização dos "nossos impostos" em favor do povo. Nessa mesma linha, o documento coloca "Se o Estado servisse aos interesses dos trabalhadores e não dos milionários, mesmo com as fortes chuvas, as medidas preventivas teriam sido tomadas e não estaríamos aqui", ou seja, "Se não estivesse nublado, daria para ver o sol". O problema é que o "Estado" é o Estado burguês e, portanto, faça chuva ou faça sol, esse Estado continua sendo dos

Essas reivindicações só serão realizáveis combatendo as direções burocráticas que bloqueiam qualquer iniciativa de greve e enfrentamento das políticas privatistas. Em 2022, quando o movimento de luta dos trabalhadores da Corsan estava em ascensão, a direção sindical substituiu a luta por processos jurídicos do sindicato junto ao Tribunal de Contas do Estado, alegando demagogicamente que "as contas do governo não batiam". Assim que as direções burocráticas impuseram o imobilismo na categoria, o governo desbloqueou as liminares e realizou a privatização.

Devemos exigir a convocação de assembleias de base, presenciais e unificadas, para que as categorias desses serviços possam se organizar em prol de um programa de reivindicações com independência de classe no lugar de simplesmente se subordinar à linha dos governos, que é aceita passivamente pelo imobilismo das direções.

"milionários", na verdade da burguesia e, portanto, as tais medidas preventivas só seriam tomadas se fossem de interesse da burguesia. Do que se trata não é de choramingar porque esse Estado "não serve aos interesses dos trabalhadores", mas de explicar precisamente a partir desta situação a necessidade de liquidar esse Estado, mas, o reformismo rejeita essa conclusão precisamente em favor da tese de reformar o Estado burguês e torná-lo "a serviço dos trabalhadores".

Já o PSTU, no documento "Um programa para defender os trabalhadores, o povo e a natureza, e não os bilionários capitalistas", reclama que a ajuda do governo ao RS mostra que vem "muito para poucos, pouco para muitos", quer dizer, o problema é que a ajuda aos desabrigados é pouca e para os empresários [PSTU não fala de capitalistas nem burguesia] é muita. Trata-se, portanto de disputar o tamanho da ajuda.

O MRT, num documento intitulado "Crise Climática. O capitalismo conquistou o planeta e nossas vidas: Por uma resposta anticapitalista à crise climática no RS" afirma que: "Enquanto as prioridades dos governos forem em função do lucro capitalista, as necessidades estruturais das cidades ficarão em segundo plano", desenvolvendo ao mesmo tempo uma longa lista de receitas de como resolver as crises climáticas, indicando a mesma ilusão na possibilidade destas serem resolvidas sob o regime capitalista.

Outra "bandeira" que compartilham esses três agrupamentos é a defesa do cancelamento da dívida do RS. O PCB-RR reivindica que: "Precisamos cancelar toda política, como o Teto de Gastos estadual e o Regime de Recuperação Fiscal, que impede que o nosso dinheiro seja usado para nós mesmos. Além disso, o Estado tem uma dívida fraudulenta com o Governo Federal, que suga os cofres públicos e deve ser permanentemente cancelada". Aqui eles se colocam em defesa do governo do estado que, malandramente, aproveita a comoção para pedir o cancelamento da sua dívida com a União, medida que só beneficiará a oligarquia burguesa hoje no poder e é representada pelo Eduardo Leite, mas, não levantam a principal bandeira que deveria ser defendida: o não pagamento – ou desconhecimento – da dívida com os bancos. De forma semelhante, se colocam também os documentos do PSTU e do MRT.

O PCB-RR postula que "... nossos vizinhos, colegas e familiares nos dão as mãos, nos ajudam, e nós ajudamos eles. Hoje, mais do que nunca, vemos que só o povo salva o povo". Esta idealização da solidariedade popular limita a perspectiva do conflito ao plano do puro assistencialismo. Resulta disto que "salvar o povo" é organizar a "ajuda" para que o "povo" continue padecendo de sua

condição de explorado e oprimido. Não lhes ocorre que para efetivamente “salvar o povo” do que se trata NÃO é como se organiza a assistência, a “ajuda”, mas como liquidar o capitalismo para que o “povo” não precise de caridade nenhuma. E o MRT propõe que os sindicatos “e entidades estudantis organizem trabalhadores e estudantes para coleta de doações e para tomar as ruas das cidades em manifestações que demonstrem solidariedade aos atingidos”, ou seja, em vez de arrancar do estado as condições para reconstruir suas vidas, as entidades representativas devem organizar o assistencialismo. Destoando, até certo ponto, com esta idealização, o PSTU também reclama que se organize a “autodefesa” entre os flagelados para enfrentar os “bandidos” que estariam se aproveitando da condição de abrigados para roubar ou cometer outras agressões.

“Por um comando unificado das ações de solidariedade!” brada o texto do PCB-RR, limitando dessa forma deliberadamente o alcance de qualquer organização tendente a unificar os explorados em torno a bandeiras que lhes permita enfrentar os governos

SP - ABC

## Realizado o Encontro Operário do Boletim Nossa Classe/POR no ABC Paulista

O POR através do Boletim Nossa Classe tem feito um chamado permanente aos operários para que participem do Encontro Operário, realizado mensalmente e de forma presencial, objetivando discutir com a vanguarda os principais problemas da classe operária e trabalhar para construir as comissões de fábrica, classistas e revolucionárias.

Na primeira parte do Encontro, realizado no dia 25 de maio, discutimos criticamente as campanhas do último Boletim Nossa Classe. Consideramos um acerto a decisão de divulgar no Nossa Classe o nome do diretor do Sindicato Metalúrgico do ABC que agrediu e feriu uma companheira do POR, durante a entrega do Boletim na Mercedes. A defesa da democracia operária inclui o direito de manifestação e expressão das correntes que se opõem à direção do sindicato. Faz parte da democracia operária a exigência dos operários de assembleia para que coletivamente possam julgar a conduta de um diretor sindical. Isso porque somente os operários que elegem os diretores sindicais podem votar a revogação do mandato de diretores que não cumprem com seu papel de defender os interesses dos trabalhadores. O rechaço às ações antidemocráticas e mafiosas de diretores sindicais e a defesa do direito de organização independente dos trabalhadores são alguns dos princípios elementares da democracia operária.

Outro tema debatido foi a campanha pela efetivação dos trabalhadores terceirizados. Como transformar a revolta dos operários terceirizados contra os baixos salários e a superexploração em organização política. Concluímos que o grande problema está na política de conciliação e traição das direções sindicais ligadas a CUT, Força Sindical, Conlutas e demais centrais, que separam os trabalhadores efetivos dos terceirizados, que abandonaram a defesa dos empregos e salários e passaram negociar os acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos. A burocracia sindical de direita e de esquerda se apoiam na divisão dos trabalhadores imposta pelos patrões e se recusam a fazer as assembleias unitárias de efetivos e terceirizados para que a luta contra a terceirização seja uma reivindicação do conjunto dos trabalhadores. Essas direções sindicais passaram a ser um obstáculo na luta contra as demissões, terceirização e eliminação de direitos trabalhistas. O combate às contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro serve apenas de discurso. Está aí por que o Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha pela constituição de direções classistas, de luta e independentes do governo e dos capitalistas.

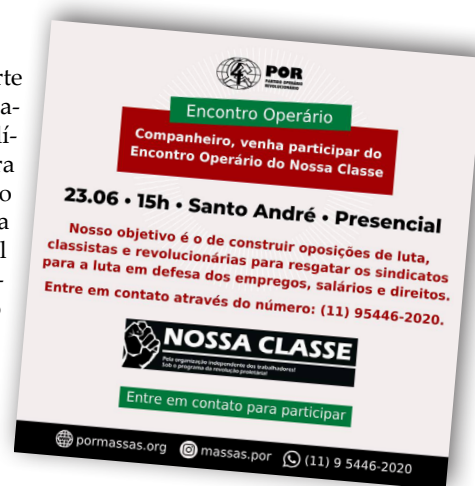
desde uma perspectiva de classe, de luta de classes que a situação de desastre desmascara. Em vez de se constituir um comando unificado para organizar os protestos – que já estão acontecendo – que indicam uma tendência de luta, os reformistas do século XXI deliberadamente querem limitar qualquer unificação ao plano do assistencialismo.

Por outro lado, o PSTU formula junto com suas propostas assistencialistas e eleitoreiras a radical bandeira de “Confiscar 50% das grandes fortunas dos bilionários capitalistas” e “cobrar um imposto fortemente progressivo sobre o grande capital que atua no RS: sobre o patrimônio e, também, sobre os lucros e dividendos”, numa típica elaboração do centrismo que oscila entre o radicalismo mais extremo com o oportunismo deslavado.

O Partido Operário Revolucionário formulou um conjunto de reivindicações que devem compor um programa de emergência dos explorados e avalia que esse programa de emergência permite à maioria pobre e miserável atravessar esse primeiro momento da catástrofe social, cuja durabilidade não será curta.

Na segunda parte do Encontro, realizamos a formação política. Fizemos a leitura e discussão do texto “A capitulação da burocracia sindical perante o Imperialismo”, documento do Encontro Operário realizado em setembro de 2003. O texto inicia afirmando que a crise estrutural do capitalismo

agudiza a contradição inerente ao sistema de exploração capitalista do trabalho. Que as forças produtivas altamente desenvolvidas se chocam com as relações monopolistas de propriedade privada e distribuição. Em seguida, mostra os efeitos das brutais medidas do Consenso de Washington – abertura de mercado, privatização, flexibilização capitalista do trabalho etc. - da década de 1990, impostas pelo imperialismo às semicolônias, que causaram no Brasil a eliminação de 4,3 milhões de postos de trabalho formais. Esse documento mostra a capitulação da burocracia sindical entre 1992 e 1994, com a aceitação das Câmaras Setoriais formada por sindicatos, patrões e governos, que reduziu o IPI, aumentou em 50% o lucro das montadoras e permitiu a demissão em massa dos trabalhadores. O chamado sindicalismo “propositivo” - que na prática significa o abandono do método da ação direta e a aceitação dos acordos sem luta – não fez senão abrir as portas para a extinção de conquistas, obtidas na dura luta grevista. Um camarada destacou o trecho do documento que dizia que o PDV surgiu em 1982, época em que Jair Meneguelli dirigia o Sindicato Metalúrgico do ABC. O PDV, conhecido como pacote de demissão com prêmios, passou a ser negociado entre a burocracia sindical e os patrões. Estes dizem que o PDV se constituiu em uma função social da empresa. Na verdade, o PDV faz parte da estratégia patronal para impor as demissões. Diante das tendências de luta e de uma vanguarda de oposição ao peleguismo, as direções corrompidas pelo capital usam de todos os meios para sufocar as manifestações independentes no interior das fábricas e



no conjunto do movimento operário. O documento aponta a tarefa de libertar os sindicatos e o movimento operário das direções que compactuam com as multinacionais e com o Estado. Mostra que o caminho para isso é a defesa de um programa próprio de reivindicações, como emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, defesa do salário mínimo vital, controle operário coletivo da produção, fim das contrarreformas e o combate à opressão imperialista. O documento, que expressa a aplicação do programa de transição, conclui que a tática e a estratégia da política proletária estejam sempre unidas e presentes em cada embate. A luta por um governo operário e camponês, pela ditadura

do proletariado, tem de ser trabalhadas constantemente a partir das manifestações e das reivindicações por mais elementares que sejam. Reforça que a política que separa as reivindicações elementares da estratégia da revolução proletária, não importando com que argumentos, leva ao reformismo e ao economicismo. O que conclui como política burocrática sindical. Também não se pode fazer da estratégia uma bandeira desvinculada das lutas concretas, que são ponto de partida por onde o proletariado vai superando as amarras da direção e compreendendo a necessidade das transformações históricas.

## Marcha em Brasília

# Manifestações em Brasília exigem do governo Lula o atendimento das reivindicações



Entre os dias 20 e 22 de maio, ocorreram protestos na capital federal. Além do 24º Grito da Terra, houve a Marcha Nacional da Greve da Educação Federal e a Marcha da Classe Trabalhadora. A militância porista esteve presente nas duas marchas. O 14º Congresso da CUT aprovou a realização da Marcha da Classe Trabalhadora, que se efetivou em 22 de maio. Sob a pressão do

movimento grevista não se confundir com a orientação governista da CUT, o CNG da FASUBRA convocou uma caravana para os dias 21 e 22 de maio. Em função da Reunião da Mesa de Negociação com os Técnicos Administrativos em Educação posteriormente agendada para 21 de maio, entre os TAEs e setores da educação federal, atribuiu-se um maior peso para esta data.

Com milhares de servidores e estudantes grevistas de diversos lugares do país, a Marcha Nacional da Educação Federal, em 21 de maio, caminhou da Catedral de Brasília até o prédio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), onde ocorreu a mesa de negociação. Após a reunião, os manifestantes passaram a usar a palavra de ordem “a greve continua, Lula a culpa sua”, radicalizando o tom do movimento nacional, no qual as direções buscam preservar a imagem do Presidente. Nessa manifestação, o POR interveio com faixa e distribuição do Boletim Nacional da Corrente Proletária “Unificar as categorias em greve e superar o isolamento para arrancar do governo o reajuste salarial já, a recomposição do orçamento e revogação das contrarreformas”.

No dia seguinte, ocorreu a “Marcha da Classe Trabalhadora”, com aproximadamente vinte mil manifestantes de diferentes regiões e profissões. Antes e depois da marcha houve atos com pronunciamentos das burocracias colaboracionistas e parlamentares. Durante a Marcha, contudo, os trabalhadores agitaram suas próprias reivindicações, como de revogação das reformas trabalhista e da terceirização. Uma coluna da Greve da Educação Federal com centenas de professores, técnicos administrativos e estudantes permitiu delimitar e projetar as reivindicações do movimento grevista, que está em choque com o governo burguês de frente ampla. O POR interveio nas atividades com agitação e distribuição do manifesto “Por um programa próprio de reivindicações da classe operária e demais explorados”.

## A atuação da Corrente Proletária na Educação/ANDES na greve da Educação Federal

A CPE/POR tem atuado ativamente na greve dos docentes federais. Seja localmente, enfrentando as burocracias sindicais proficistas ou as consequências do governismo, seja nacionalmente, por meio da participação no Comando Nacional de Greve. Nossa linha tem sido de: 1) fortalecer a unidade real entre as categorias em greve com os comandos unificados e a exigência de uma só mesa de negociação para Andes, Fasubra e Sinasefe; 2) impulsionar as greves estudantis e a unidade das três categorias local e nacionalmente; 3) Propiciar que a greve se alastre para demais setores do funcionalismo e trabalhadores. Do ponto de vista das

reivindicações, defendemos a reposição integral das perdas inflacionárias, financiamento integral da educação, revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, Novo Ensino Médio e contra a aprovação da Reforma Administrativa.

O movimento, porém, foi tendo suas pautas rebaixadas por ação das direções sindicais e hoje encontra-se com uma plataforma de reivindicações bastante limitada. Quanto ao método, defendemos a democracia sindical, combatendo o autoritarismo do Proifes e direções alinhadas com essa federação. Rechaçamos

o uso de métodos virtuais de deliberação. Quanto à diretoria do Andes, combatemos as movimentações recentes de violar o método de consulta às assembleias de base para elaborar as contrapropostas. Apontamos que os métodos parlamentares e virtuais são incapazes de levar o movimento a conquistar suas reivindicações, defendemos, portanto, os métodos de ação direta coletiva, como as grandes marchas, bloqueios e ocupações. Por fim, exigimos das centrais sindicais que ajam para quebrar o isolamento do movimento. A condição do Andes ainda se agrava por ter saído da CSP-Conlutas e estar sem nenhum vínculo com qualquer central sindical.

Atuamos nos atos de 21 e 22 de maio, em Brasília, impulsionando as palavras de ordem que expressam as reivindicações do movimento. Realizamos uma plenária com as delegações de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Norte, no dia 21 e, no dia 22, como proposta do Comando Nacional de Greve do ANDES, realizamos uma plenária com todas os estudantes que vieram nas caravanas, contribuindo para que se juntassem. A ausência da UNE no movimento e a política das correntes de manter a fragmentação são grandes obstáculos para a unificação das greves estudantis em curso. A unidade com os estudantes é fundamental ao movimento dos servidores públicos da educação, para combater o corporativismo, ampliar a politização e massificação do movimento.

É com base nessa linha política que atuamos em todos os locais e que também elaboramos na Frente Única Andes-SN Classista (CPE/POR e ART) o seguinte manifesto:

## A GREVE CONTINUA

### Abaixo a farsa da assinatura do acordo entre o governo Lula/Alckmin e o Proifef

### Quem deve decidir sobre as reivindicações e rumos do movimento são as assembleias de base!

Os professores em greve estão indignadíssimos com os acontecimentos do dia 27 de maio de 2024. É preciso repudiar o golpe dado pelo governo e Proifef, unificar os setores em greve e intensificar a mobilização.

Quebrar a intransigência do governo Lula/Alckmin: Não aceitaremos 0% e estrangulamento orçamentário

O governo federal vinha ignorando as reivindicações do funcionalismo e, em particular, dos servidores da educação, só iniciando a negociação após as greves. Em 10 de abril, o governo tentou impor um termo de compromisso, dizendo que não negociaria com as categorias em greve. O repúdio imediato da bancada sindical fez com que essa cláusula fosse retirada da minuta do termo. A assinatura desse termo pela Fasubra, Sinasefe e Proifef implicou na aceitação do deslocamento da discussão do reajuste para as mesas específicas, quebrando a perspectiva de unidade do funcionalismo federal em troca do pagamento do reajuste nos benefícios, com valores oferecidos antes da greve.

A greve continuou e continua se fortalecendo, ainda há seções sindicais entrando em greve, mesmo após o ultimato do governo. A “negociação” nas mesas setoriais se mostrou como instrumento de enrolação, divisão e enfraquecimento do movimento. Essa experiência, após a resposta do governo nas mesas do magistério superior e magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e dos Técnicos Administrativos Educacionais (TAEs), deve nos levar a superar a fragmentação, unificando de baixo para cima, nos comandos unificados entre as três categorias, nos estados e em nível nacional. A resistência corporativa das diretorias deve ser quebrada pela força das bases.



### Abaixo a farsa da assinatura do acordo entre o governo Lula/Alckmin e o Proifef

As assembleias de base já deram seu recado: não aceitaram o ultimato do governo e aprovaram a rejeição à proposta apresentada em 15 de maio. Denunciaram o golpe armado com o Proifef em coordenação com o governo, demonstraram, de inúmeras formas, que não reconhecem a legitimidade dessa entidade biônica. A Federação Proifef, dirigida pelo PCdoB, agrega poucos sindicatos, dentre os quais alguns totalmente artificiais. As suas bases estão em rebelião contra seus métodos e linha política. A força do Proifef, portanto, não está nele próprio, mas no fato de ser um braço do governo federal. Não há como repudiar o Proifef sem denunciar a ação antissindical do governo Lula/Alckmin. Essa entidade artificial expressa, no movimento nacional docente, não apenas um instrumento do governo, mas também do grande capital. Afinal, está prestando um serviço ao governo burguês que, por sua vez, expressa os interesses do capital financeiro e outras frações burguesas. A postura do governo, tendo à frente a Ministra Esther Dweck, que é professora da UFRJ, e José Lopez Feijóo, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos e ex-vice-presidente da CUT, mostra o quanto não se pode ter nenhuma ilusão nos governos burgueses. Só podemos confiar na força da luta unitária dos trabalhadores com independência de classe.

### Que as bases decidam sobre a nova contraproposta do ANDES

A greve docente de 2024 foi imposta pelo ímpeto e decisão das bases, não foi preparada pelas direções. No 42º Congresso do ANDES-SN, realizado em Fortaleza, de 26 de fevereiro a 01 de março, a diretoria (coletivo Andes de Luta pela Base, ALB, composto por correntes do PSOL e PCB) se uniu com o Renova Andes (PT) para encaminhar a greve sem data definida. Foram as bases, a partir da iniciativa de setores da oposição, que sustentaram a aprovação da greve para o primeiro semestre, aos brados de “Greve Já”. Deixar para o segundo semestre (marcado pelas eleições municipais), ou mesmo depois, seria inviabilizar sua materialização. Greve sem



data, portanto, era uma posição avessa à greve. Instalado o movimento partidista, a diretoria do Andes assumiu sua condução junto com representantes das bases no Comando Nacional de Greve (CNG), enquanto o Renova segurou, onde pôde, a deflagração nas seções sindicais em que atua.

Na última semana, porém, essa aliança entre ALB e Renova se materializou na eleição de quadros de peso dessas organizações para o CNG (delegados ou observadores) e uma ação coordenada para elaborar uma contraproposta rebaixada, usurpando das assembleias de base o poder de deliberar sobre isso. A ação coordenada se deu, no âmbito do CNG reunido em Brasília, através dos seguintes passos: 1) alterar a metodologia do CNG, apenas na discussão da contraproposta, em vez de ampla discussão, houve blocos de 5 falas, em que a ALB votava sempre para ter apenas 1 bloco; 2) fazer uma apresentação da sistematização dos dados que não diferenciava instituições em greve, em relação às demais, e desmembrava as propostas de índice em percentuais por ano. Intencionalmente ou não, esses dados assim agrupados serviram para ALB e Renova apresentarem como vinda das bases uma proposta minoritária, em relação às 60 assembleias, de rebaixar a reivindicação de reajuste de 22,71% (7,06% em 2024, 9% em janeiro 2025 e 5,16% em maio de 2026) para 18,85% (3,69% em agosto de 2024, 9% em janeiro de 2025 e 5,16% em maio de 2026).

Como parte da mesma operação, o “revogaço”, que começou com a rejeição das contrarreformas trabalhista, previdenciária, Novo Ensino Médio (NEM), legislações e normas que retiram direitos e intervenções nas universidades, no dia 26 de maio transformou-se em um pedido ultralimitado de revogação ou alteração de poucas instruções normativas e leis. A proposta de recomposição do orçamento restringiu-se à suplementação de R\$2,5 bilhões, calculados pela Andifes para as Universidades em 2024. A postura subserviente dos reitores faz com que eles não exijam financiamento integral e nem mesmo a recomposição segundo o ponto mais alto do último período, 2013. Esse cálculo da Andifes não contempla os Institutos Federais e CEFETs. A reivindicação da recomposição orçamentária aprovada pelo CNG está, portanto, abaixo do pedido dos reitores.

A justificativa para o rebaixamento das reivindicações, segundo seus proponentes, foi a necessidade de criar um fato político na segunda-feira, quando governo e Proifex anunciavam a assinatura do acordo. Uma minoria expressiva do CNG apontava outro caminho: não recuar, fortalecer a unidade entre as categorias e entidades em greve e radicalizar. A votação sobre abrir mão do total de 22,71% foi de 16 (manutenção) a 19 (rebaixamento). Feita a contraproposta que mutilou a pauta originária, abriu-se a discussão sobre o que fazer com ela. A aliança entre ALB e Renova propôs o protocolo na segunda, dia 17, enquanto setores da oposição (militantes da Frente Única Andes Classista, Coletivo Andes em Luta-CAEL e Coletivo Rosa Luxemburgo) e independentes defenderam remeter para apreciação de uma rodada de assembleias entre as ADs no Brasil. Doze delegados defenderam o método histórico do nosso sindicato de consultar as bases, enquanto 21 resolveram

passar por cima da democracia sindical e ainda fazer uma minuta pronta para ser assinada pelo governo e Andes no dia 27, o que poderia até mesmo desfechar o fim da greve. Apenas seis assembleias manifestaram a autorização de se levar uma contraproposta no dia 27/05. Tratou-se, portanto, de um método burocrático, que deve ser criticado para não ser repetido.

A contraproposta levada ao MGI não criou nenhum fato político positivo para o movimento. O governo nem quis saber de seu conteúdo. Debochou cinicamente dos grevistas, virou as costas e fez uma reunião secreta em separado com o Proifex para assinar o acordo. Marcou uma nova reunião no dia 03 de junho, antecipando, porém, que não modificará sua proposta, não reconhecendo esse novo momento como espaço de negociação.

Não recuar! Unir as categorias em greve, massificar e radicalizar

Há duas linhas presentes no movimento. Uma, de quem não queria a greve e agora quer manter o corporativismo e rebaixar as reivindicações para ajudar o governo a acabar com o movimento. O governo preferiu fazer seu acordo consigo mesmo, com o Proifex, impondo unilateralmente uma proposta. Há outra linha, que é de fortalecimento da unidade e mobilização, vinculando as reivindicações da greve da educação com os demais trabalhadores e juventude. A segunda linha se expressou na grande marcha da Educação Federal em 21 de maio e na enorme coluna no interior da Marcha da Classe trabalhadora no dia 22, que mostrou o movimento vivo e em ascensão.

O CNG indica, corretamente, a realização de atos no dia 03 de junho e a rodada de assembleias de 5 a 7 de junho. A pauta de “Análise de conjuntura e ações pela reabertura das negociações” é insuficiente. É preciso que as bases também deliberem se aceitam ou não a contraproposta rebaixada do CNG de 26 de maio. Dentro das ações pela reabertura das negociações, os métodos indicados de “twittaço” e ações nas redes sociais e pressão parlamentar são inócuos. Nossa tarefa é unificar estudantes, professores e técnicos-administrativos, por meio dos comandos unificados das bases até a direção nacional, com delegados eleitos nas assembleias. Constituir uma única mesa de negociação nacional com as entidades em greve! Reverter a fragmentação do funcionalismo e da greve da Educação Federal!

Que as centrais sindicais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais convoquem um dia nacional de greves, paralisações e bloqueios de avenidas e rodovias, em defesa da educação e pela revogação das contrarreformas, contra as privatizações, por salários, empregos e direitos.



São Paulo

## Tarcísio não dá trégua: impõe as escolas cívico-militares e a privatização de dezenas de escolas

*Burocracia da Apeoesp põe fim à mobilização*

*Retomar a luta, esse é o único caminho para enfrentar o governador ultradireitista*

Os professores da rede estadual realizaram mais um dia de paralisação no dia 24/5. Foi a terceira grande atividade do ano, após as paralisações dos dias 15/3 e 26/4. Esta, de abril, foi a maior do último período, contando com cerca de 10 mil pessoas em frente à Seduc, tendo votado a questão da greve, a qual só não foi aprovada devido a uma manobra da direção da Apeoesp, que confundiu a categoria com a proposta de “greve dos aplicativos” – que, na verdade, não era greve, e sim um boicote individual às plataformas, que acabou fracassando. O governo, como era de se esperar, utilizou suas ferramentas de pressão sobre os professores para bancar a manutenção do trabalho cotidiano com as plataformas. Além disso, o ultradireitista Tarcísio empregou a ameaça das faltas injustificadas para evitar maior adesão, espalhando o medo, especialmente entre os Categoria O (contratos precários).

O resultado foi que a paralisação do dia 24/5 teve uma participação bastante inferior. A direção do sindicato sequer conferiu ao ato na Av. Paulista o caráter de assembleia, alegando falta de quórum. Assim, a campanha deste ano foi praticamente encerrada. A próxima atividade será somente em junho, e sem o chamado de assembleia. Na realidade, a direção da Apeoesp apresentou na reunião do Conselho de Representantes horas antes da assembleia a proposta de assembleia somente em setembro. Diante das críticas, acabou remendando uma proposta de uma das correntes de oposição de paralisação de dois dias em junho. Em vez de paralisação, defendeu uma mobilização nos dias 20 e 21 de junho, com um ato do funcionalismo público. Uma manobra para se opor à proposta de greve defendida pelo POR e outras correntes de oposição.

A insatisfação entre os professores, no entanto, permanece muito grande e, considerando o caráter privatista e antipopular desse governo, só tende a aumentar. Tarcísio e Feder certamente aproveitarão o imobilismo imposto pela direção da Apeoesp para aprofundar seus ataques à Educação pública. Não por acaso, aprovou as escolas cívico-militares justamente nesse contexto. Está com as mãos livres para ir adiante no projeto de privatização da gestão de dezenas de escolas. Num quadro como esse, nem é preciso dizer que vai continuar arrojando os salários e sucateando cada vez mais o ensino. A única forma de reverter essa situação é se os trabalhadores superarem os obstáculos colocados pela direção sindical, e tomarem o caminho da mobilização. A vanguarda com consciência de classe, particularmente a Oposição Unificada Combativa, tem pela frente a tarefa de colocar os professores em movimento a partir de suas reivindicações mais sentidas.

Não se trata de uma tarefa fácil. A base da categoria tem sofrido muitas mudanças, com o ingresso de muitos temporários sem a experiência das mobilizações anteriores. A última grande greve foi a de 2015. Grande parte desses professores se formou no EaD (ensino a distância), ou seja, sequer teve contato com o movimento estudantil universitário. O individualismo e outras expressões da ideologia burguesa têm penetrado a fundo na consciência dos explorados de conjunto – entre os professores não é diferente. Contribuem para isso a despolitização e a paralisia de uma direção sindical comprometida até a medula dos ossos com a conciliação de classes, afundada no eleitoralismo e nas negociações judiciais-parlamentares.

**LANÇAMENTO!**  
**Adquira já com**  
**o distribuidor do**  
**Massas por apenas**  
**R\$ 5,00**

**Balanco das**  
**eleições na**  
**APEOESP (2023)**

—  
A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa !!



Trata-se de uma direção sindical antidemocrática, que utiliza de todos os meios para bloquear a explosão instintiva do professorado. Na situação atual, seu interesse está em impedir a aprovação da greve, pois tem em vista as eleições burguesas. Quer permanecer de mãos livres para a caça aos votos, para eleger Boulos na capital do estado, além da campanha para seus candidatos a vereadores e prefeitos em outras cidades. Outra questão que está em jogo é a greve da Educação federal. Uma greve do magistério paulista certamente daria força aos professores e funcionários das Universidades e Institutos Federais, que estão em choque com o governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin, governo que a direção da Apeoesp (não só a sua corrente majoritária, que é o PT, mas também a ex-oposição, formada em sua maioria por correntes do PSOL) reivindica como “seu”.

Além das manobras e da confusão proposital nas assembleias, a direção da Apeoesp tem aprofundado o ataque à democracia sindical. Na reunião do CER (Conselho Estadual de Representantes) que antecedeu ao ato do dia 24/5, pela manhã, ameaçou restringir as falas dos agrupamentos oposicionistas, a exemplo da Corrente Proletária na Educação. Acabou dando um passo atrás parcialmente, permitindo a expressão da Corrente Proletária, mas com a alegação de que faria uma “concessão”, tendo sido prontamente respondida com o argumento de que os conselheiros foram eleitos, são representantes que receberam dos professores um mandato, e que o impedimento de sua manifestação constituiria um ataque à democracia sindical.

A Corrente Proletária na Educação/POR tem atuado desde as escolas defendendo que o único caminho para o professorado conquistar suas reivindicações é a luta massiva, organizada, no campo da independência de classe e com os métodos da ação direta (greves, passeatas, ocupações etc.). A defesa dos empregos, salários e direitos é fundamental para colocar os trabalhadores em movimento, condição para transformar a revolta instintiva em ação política consciente, classista. O que implica levantar o combate contra a política privatista de Feder e Tarcísio, contra as escolas cívico-militares, contra o fechamento de salas/turnos, contra o ensino integral (PEI), enfim, contra o aprofundamento da destruição da escola pública. O programa que corresponde é o da defesa do sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado a produção social, para todos e sob o controle dos que estudam e trabalham.

São Paulo

## **A hipocrisia do prefeito Ricardo Nunes/MDB**

### *Responder com a organização e os métodos próprios dos trabalhadores*

O plano ou programa de metas do prefeito, hipocritamente, diz “como objetivo organizar de forma clara e transparente as ações prioritárias da prefeitura durante os quatro anos de mandato de cada prefeito(a) eleito(a)” e “proporcionar maior clareza para as instituições externas que acompanham a execução do Plano, como Tribunal de Contas, Câmara Municipal e outras organizações”. No início de abril, o prefeito “regulamentou” e “modernizou” através do decreto nº 63.336, o Programa de Metas (PdM) da cidade. Inicialmente eram 77 metas e em 2023 recebeu mais quatro metas e passou para 82 metas. E, outro detalhe da ‘inovação’, em 2023 foi implementado o Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico (SMAE), que é um software de código aberto, flexível e “sob gestão da Prefeitura”. É possível verificar quais são as 82 metas, o processo de execução e a finalização. Há ações nas diferentes necessidades da cidade seja educação, saúde, moradias populares e ações por política antirracista. De imediato, flagra-se a supressão de 48 metas do relatório, que são as metas 29 até 77.

A meta 79 previa a implantação de 11 novas Unidade de Pronto Atendimento (UPA). O relatório mostra que somente 13 unidades foram implantadas. Não diz como estão funcionando, porque na realidade funcionam precariamente. Basta um exemplo: a morte de um homem de 45 anos que aguardou atendimento na recém-inaugurada UPA Vila Antônio, na Zona Oeste, por cinco horas e enfartou no local, após receber alta. Existem registros de altas dadas para os casos de dengue sem fazer exame clínico. Isso ocorre principalmente nas regiões mais empobrecidas, como em São Miguel na zona Leste e, no Jaguará, na zona Oeste. A situação é tão grave que obrigou o prefeito decretar calamidade pública. Alguns especialistas explicam que “a explosão de casos de dengue tem relação com crescimento desordenado das cidades, combinado com a precariedade de serviços de infraestrutura básica, como saneamento e limpeza pública. E que em dois meses e meio, por falta de providências do serviço público da prefeitura, a epidemia foi instalada e recai nas regiões mais pobres da cidade.

Com relação a meta 12 que visa promover o acesso à moradia, urbanização e regulamentação fundiária, o relatório mostra que até abril foram entregues poucas unidades, 33.422 moradias. Mostra também que a execução do programa além de ser lenta teve de ser suspensa por irregularidade no processo licitatório. O descaramento dos capitalistas é tão grande que depois de uma semana de suspensão do programa onde o juiz, alegou que o

processo onera os cofres públicos, um novo juiz derrubou esta decisão com o mesmo argumento “de que a continuidade também é do interesse público”. Como se vê, as duas alas usaram o mesmo argumento porque o tal interesse público, na realidade representa o interesse dos setores da construção civil. Ou seja, quem vai ganhar neste processo são os capitalistas. Enquanto que os trabalhadores e a população pobre continuarão sem casa própria ou sem-teto. O mesmo ocorre com os demais serviços públicos, como saúde, educação, transporte. A burguesia controla todo o processo, lucrando muito com a privatização e terceirização.

Os sindicatos, grêmios estudantis, associações de bairro continuam fazendo uma política eleitoreira, de submissão ao sistema capitalista de exploração. Passaram anos sem chamar a luta direta dos oprimidos para enfrentar os processos de privatização dos serviços públicos feitos pelos governos municipal, estadual, federal. Não unificaram os movimentos grevistas. O POR tem feito a campanha diariamente em cada movimento que atua pela organização dos oprimidos para lutar por suas reivindicações.

A hipocrisia dos governantes e a corrupção são inerentes ao capitalismo. Nunes não faz senão reproduzir o que outros governantes fazem diariamente. Lamentavelmente, os partidos de esquerda que se reivindicam dos explorados fazem o mesmo jogo, alimentando ilusões de que é possível por meio das eleições pôr fim às pressões da burguesia, a corrupção etc. A Corrente Proletária/POR chama os assalariados a confiar nas próprias forças para enfrentar a burguesia e seus representantes nos governos.



**LANÇAMENTO!**  
**Adquira já com o distribuidor do**  
**Massas por apenas**  
**R\$ 5,00**

Rio de Janeiro

## **SEPE aposta na passividade dos professores**

No dia 28 maio, houve uma greve de 24 horas na Educação Estadual do RJ. O SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro) chamou um ato no Centro do Rio, sobre a base de algumas reivindicações da categoria. Uma dessas reivindicações era o rechaço à nova Lei 10.363 que permite a contratação temporária de até 30% do total dos professores da rede, em regime de contrato por tempo determinado de dois anos com possibilidade de renová-lo por mais dois. O SEPE se coloca contra a Lei, mas sua campanha se limita a entrar na Justiça para impedir sua aplicação. Em suas notas, aponta a necessidade do concurso público como solução para a falta de professores.

Como já foi colocado em outras edições do Massas, a direção do sindicato não emitiu sequer uma nota em abril, quando a prefeitura do Rio demitiu quase 800 professores em regime de contrato. O

problema se aprofunda quando observamos que o sindicato não se manifestou, nem propôs atos quando o Secretário de Educação, Renan Ferreira havia, diminuiu a merenda das crianças e cortou seu lanche. Como também não se manifestou quando alunos e professores ficavam dentro de salas de aula sem ar-condicionado e ventiladores, enquanto os termômetros do Rio chegavam a uma sensação térmica de quase 60°C.

A direção do sindicato se manifesta conforme seus interesses. Incentiva os professores a se isolar das famílias de seus alunos, que vive a tragédia do desemprego, subemprego e a informalidade. Não se vê, por exemplo, uma campanha de unificação das reivindicações dos professores e funcionários de escolas, com as reivindicações dos explorados em geral.



Os problemas de educação do Rio esbarram nos problemas mais gerais, que afetam direitos e refletem ou pioram a situação dos trabalhadores, como as constantes interrupções de aulas nas favelas e comunidades devido às ações policiais, aos problemas no transporte, à falta de condições mínimas para os estudos na maioria das famílias, ao desemprego crônico etc. Aí está a razão do sindicato unificar as diferentes reivindicações que permeiam a educação. A postura corporativista, de defesa de reivindicações muito particulares ou a tentativa de evitar os métodos da luta de classes (judicializações, negociações sem decisão coletiva da assembleia etc.), potencializam o atraso na organização e luta dos professores, que seguem sendo demitidos, com os salários arroxados e com condições precárias de trabalho.

A defesa da direção do sindicato de concurso no lugar do contrato temporário de quase um terço da rede se desfaz no ar ao

não se utilizar dos métodos da luta de classes, a greve, os bloqueios e a mobilização massiva dos professores. A greve de um dia do SEPE corresponde aos seus métodos de pressão parlamentar.

O POR se coloca nessa luta contra a Lei 10.363 e como resposta defende a efetivação imediata de todos os professores contratados, incluindo aqueles que tiveram seus contratos cessados, abertura das salas de aulas fechadas para todos os professores tenham emprego, fim das terceirizações nas escolas e fim de qualquer forma de trabalho precário. O método para se conquistar essas reivindicações não passa pela justiça burguesa ou pelas negociatas de Gabinete. É preciso uma greve forte que arranque vitórias do governo reacionário de Cláudio Castro. A unificação das lutas com outras categorias é uma condição para enfrentar a política de destruição do ensino público dos governos.



São Paulo

## Boletim da Juventude em Luta

O Boletim Juventude em Luta (Número 73), de maio, traz quatro artigos, dando resposta a questões mais abrangentes, como o problema das guerras, até os ataques à Educação brasileira e a resistência da juventude e dos trabalhadores.

Abre o boletim um texto colocando a necessidade de os estudantes rejeitarem as guerras de dominação. Destacam-se as guerras na Ucrânia e Palestina – neste caso, trata-se de um verdadeiro genocídio dos palestinos pelo Estado sionista de Israel. Em ambos os casos, encontra-se por trás as mãos sujas de sangue do imperialismo norte-americano e dos aliados. O problema está em que as entidades estudantis, como a UNE, UEE e UBES, em vez de organizar a juventude para lutar, permanece no imobilismo. O Juventude em Luta chama os estudantes a se colocarem pela defesa da autodeterminação das nações oprimidas, por uma paz sem anexações, pelo fim do capitalismo e em defesa de uma sociedade sem explorados e exploradores, uma sociedade socialista.

A seguir, o boletim traz uma nota sobre a greve das Universidades e Institutos Federais, indicando a necessidade de os estudantes darem todo apoio ao movimento. O governo federal vem aplicando uma política intransigente de 0% de reajuste em 2024, obrigando os professores e funcionários a resistirem através da greve. O Juventude em Luta novamente coloca o problema da paralisia das entidades estudantis, que têm contribuído para o isolamento dos grevistas.

O artigo seguinte trata do boicote às plataformas digitais em SP. Os estudantes já estão se mobilizando nesse sentido, e o Juventude em Luta não só está de acordo com essa iniciativa, como coloca a necessidade de ampliar o movimento, dado que o boicote serve como denúncia e como ato de protesto, mas tem de ser combinado com as ações mais incisivas, como a greve, as passeatas massivas, as ocupações etc. A tal “plataformização” da Educação significa mais sucateamento do ensino público e mais dinheiro para as grandes corporações, na contramão dos interesses dos que estudam e trabalham.

O último texto levanta a luta contra as escolas cívico-militares. Note-se que foi escrito e publicado antes da aprovação do PLC 9/2024 na Alesp (Assembleia Legislativa). O Juventude em Luta denuncia a campanha enganosa do governo ultradireitista de Tarcísio, que pretende convencer os trabalhadores, os jovens e suas famílias de que a solução para os problemas da escola passa pela implantação da disciplina militar. O boletim afirma que “o autoritarismo que vem do governo serve para impor seus planos de destruição da escola pública. É uma expressão do autoritarismo geral presente na sociedade”. Conclui dizendo que uma nova escola, verdadeiramente científica e democrática, deve estar sob o controle dos que estudam e trabalham, o que só pode ser conquistado através da luta da juventude em aliança com os trabalhadores, sob a direção política do proletariado.

### Debate com o Boletim Juventude em Luta na FAMESP

No dia 27 de maio, foi distribuído e discutido em sala de aula, do curso de Biomedicina da FAMESP, o boletim secundarista Juventude em Luta. Temas como as guerras de dominação, a greve da educação federal e as escolas cívico-militares que avançam no governo Tarcísio foram abordados.

Mesmo a turma sendo bem heterogênea politicamente, tendo inclusive estudantes que se posicionam como bolsonaristas, o material e a discussão foram muito bem recebidos e geraram interesse geral dos alunos, que quiseram saber mais sobre a PL da militarização das escolas, por exemplo. Por fim, a professora agradeceu a iniciativa e considerou importante para promover reflexão sobre esses temas, que carecem de serem debatidos nas instituições de ensino, para formar consciência política e senso crítico na juventude, que se vê diante do crescente sucateamento e projeto privatista da educação, como parte da decomposição geral capitalista.

Grupo de Estudos

# Exportação de capital e a partilha do mundo entre grupos monopolistas e entre as grandes potências

O Grupo de Estudos do Marxismo, do POR, segue com os estudos do livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lênin. No jornal *Massas* nº 713, apresentamos as principais conclusões dos prefácios e do capítulo 1, sobre os monopólios, no *Massas* nº 715 as conclusões dos capítulos 2 e 3. Agora, apresentaremos as principais conclusões dos capítulos 4, 5 e 6, sobre a exportação de capitais, a partilha do mundo entre os grupos monopolistas e a partilha do mundo entre as grandes potências, respectivamente.

O capitalismo moderno, da fase imperialista, é produto direto do capitalismo antigo, da fase concorrencial. Foi nesta fase que se produziu um enorme volume de capital concentrado em poucas mãos que deu origem ao monopólio. A fase imperialista do capitalismo é a fase em que predomina o monopólio, ainda que não tenha eliminado completamente a concorrência. O monopólio existe acima e ao lado da concorrência e ela, na fase imperialista, é determinada e impulsionada por ele. A partir dessas ideias desenvolvidas anteriormente no livro, Lênin segue: “O que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.”. E explica que “No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados.”, o que vai dar início a fase de domínio da exportação de capitais. O capital sendo movimento de valorização do valor transborda as fronteiras que o contém quando atinge a acumulação em um certo grau. Os países de capitalismo atrasado, principalmente, passam a receber dos países ricos enormes remessas de capital em múltiplas formas (implantação da indústria monopolista ou de bancos, empréstimos que se transformam nas enormes dívidas etc.).

É preciso compreender esse ‘transbordamento’ do capital das fronteiras nacionais de um punhado de países imperialistas muito ricos. Poderia se questionar, mas esse capital não poderia ser usado no próprio país? Ou de forma mais ingênua, alguém poderia perguntar, esse capital excedente não poderia ser aplicado para a melhoria de vida das massas? Lênin responde, se assim fosse “o capitalismo deixaria de ser capitalismo” pois está baseado no lucro por um lado e na miséria das massas, por outro. A necessidade de enviar seus capitais que não mais encontram lugar para se valorizar no próprio país está de acordo com o funcionamento próprio desse modo de produção e com a necessidade do capital de encontrar novos locais de valorização. “Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo “amadureceu excessivamente” e o capital carece de campo para a sua colocação ‘lucrativa’.” Assim, “O capital financeiro estende as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo. Neste

aspecto desempenham um papel importante os bancos fundados nas colônias, bem como as suas sucursais.”

No estudo, diversos camaradas fizeram considerações sobre essas ideias e trouxeram exemplos, como o dos bancos estrangeiros e de grandes empresas monopolistas que estão implantadas no Brasil, a grande maioria delas recebendo inclusive enormes subsídios dos governos para garantir que sigam explorando a mão de obra do país e enviando de volta enormes montantes de capital extraídos dos trabalhadores na forma de mais-valia. Foi citado o exemplo da Ford, que se implantou no Brasil, produziu capital através do trabalho excedente, recebeu subsídios e, na hora que bem quis, foi embora do país deixando para trás milhares de operários desempregados.

Lênin conclui o capítulo com uma ponte para o próximo: “Os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha direta do mundo.”

No capítulo V do livro, Lênin mostra que a formação dos monopólios, primeiro isolados, mas logo depois associados em cartéis e trustes, dará origem a uma espécie de corrida para se obter o controle de determinados ramos da produção em escala mundial. Um setor que foi bastante discutido em nosso estudo foi o de energia. Assim, “é preciso afirmar que as associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trustes - partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do seu país. Mas sob o regime capitalista, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e foram se alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais.”

A formação dessas grandes associações internacionais de capitalistas que partilham o mundo teve grande impulso através dos bancos, que, como dissemos nos jornais anteriores, funcionam como uma espécie de contador das finanças globais dos capitalistas, com potencial para investir ou desinvestir neste ou naquele setor etc. Especialmente nos períodos de crise, como afirma Lênin, os bancos têm um papel determinante na formação dos monopólios e associações monopolistas, ao gerenciar a quebra geral que essas crises provocam.

É um traço distintivo desses grupos capitalistas internacionais a aquisição de diferentes ramos da produção e circulação, como forma de ampliar a capacidade de penetração do capital exportado, bem como para controlar diferentes setores, de forma que se garanta menos riscos nas flutuações do mercado e nas crises. Um exemplo que foi trazido para o estudo foi a implantação da empresa Light no Brasil. Com origem no capital estadunidense e canadense, a Light se implantou no Brasil na virada do século XX. Assim, a eletrificação no país iniciou através do capital privado monopolista, passando ao setor público posteriormente e, finalmente, como está nos dias atuais, voltando para as mãos dos capitalistas. A Light controlou rapidamente o mercado interno, sufocou pequenas indústrias do setor, controlava as tarifas, e rapidamente passou a comprar empresas de outros setores como a Companhia de Gás, a Companhia de bondes, a Excelsior (empresa de ônibus), algumas hidrelétricas, a Companhia telefônica etc., se tornando uma das primeiras grandes monopolistas a funcionar no Brasil, enviando enormes montantes de capital para seus países imperialistas de origem.

Se utilizando de um grande número de autores burgueses, o que elimina qualquer acusação de parcialidade ao marxismo, Lênin mostra que aqueles mais honestos em suas pesquisas são obrigados a extrair conclusões coerentes com o funcionamento do imperialismo. Neste mesmo sentido ele executa a crítica àqueles que viram qualquer traço progressivo nesta que é a última fase do capitalismo. A conclusão do estudo deste capítulo se deu sob a base da seguinte elaboração de Lênin: “Alguns escritores burgueses (aos quais se juntou agora Kautsky, que traiçou completamente a sua posição marxista de 1909, por exemplo) exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalentar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo. Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático um sofisma, um meio de defesa pouco honesto do oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que ponto cresceram os monopólios, e quais são os objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos esclarece sobre o sentido histórico e econômico dos acontecimentos, pois a forma de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a essência da luta, o seu conteúdo de classe, não pode mudar enquanto subsistirem as classes. [...] Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no “segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. [...]”

No encontro seguinte do Grupo de Estudos, os participantes se debruçaram sobre o estudo do capítulo VI, a partilha do mundo entre as grandes potências. Logo no início da discussão, os poristas e simpatizantes identificaram uma diferença importante entre o que Lênin apresenta e a situação que encontramos nos nossos dias, em relação à partilha do mundo. A diferença é que há um século as grandes potências imperialistas partilhavam as colônias e nos nossos dias as semicolônias. Essa diferença é real, mas não muda o conteúdo nem as conclusões do capítulo. Enquanto que na maioria dos exemplos do capítulo a partilha se dava sobre a base da colonização direta, conquista de territórios etc., a partilha atual, que aliás foi feita a partir da Segunda Guerra Mundial e está esgotada, se dá de forma mais indireta. A maior parte dos países conquistou sua independência formal das metrópoles, mas se manteve submetido a essa ou aquela potência na forma de protetorado, de endividamento, de coerção etc. “No que se refere aos Estados “semicoloniais”, estes nos dão um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão grande, pode se dizer, tão decisiva em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e de fato subordina, mesmo os Estados que contam com uma independência política mais completa; [...] Está claro que a luta por esses países semidependentes tenha particularmente se agravado na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já se encontrava dividido.”

Lênin continua, “Na medida em que nem na Ásia nem na América existem terras desocupadas, ou seja, que não pertençam a nenhum Estado, é preciso ampliar a conclusão de Supan e dizer que o traço característico do período considerado é a partilha definitiva do planeta Terra, definitiva não no sentido de que não seja possível uma redistribuição – pelo contrário, as redistribuições são possíveis e inevitáveis –, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já concluiu a conquista de todas as terras desocupadas do nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já dividido, de tal modo que o que vem a seguir é somente uma redistribuição, ou seja, a passagem de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem dono para um ‘dono’.”

Foi possível discutir o atual esgotamento da partilha do mundo sobre essa base, onde as grandes potências buscam manter sua hegemonia política, econômica e militar, através da redistribuição das zonas de influência ou das anexações. O principal acontecimento nessa questão está no fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que deixou os antigos Estados operários sob os constantes ameaças dos países imperialistas, seja na forma militar (OTAN) ou político-eco-

nômica (UE e EUA), para que se tornassem novos territórios para seus capitais. São exemplos desse processo os países do báltico, a Finlândia e os países do Leste Europeu. A guerra na Ucrânia tem também essa base, já que essa antiga república soviética representa um marco nesta nova etapa de partilha do mundo, isolando ainda mais a Rússia.

Ficou claro no estudo que a época que marca o início do imperialismo é também a época de maior expansão das posses coloniais dos países imperialistas europeus. “A Inglaterra adquiriu durante esse período 9,58 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 9,32 milhões de quilômetros quadrados, com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 2,59 milhões de quilômetros quadrados, com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 2,33 milhões de quilômetros quadrados, com 30 milhões de habitantes; Portugal, 2,07 milhões de quilômetros quadrados, com 9 milhões de habitantes. A corrida por colônias em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, por parte de todos os Estados capitalistas, representa um fato notório da história da diplomacia e da política externa.” No entanto Lênin alerta para o fato de que a colonização existia muito antes do capitalismo, dando o exemplo do Império Romano, mas que isso não permite a incorreta interpretação que esse fato reduz a importância da dominação das potências sobre os países coloniais e semicoloniais, como traço característico da fase imperialista. Eis o que diz “Mas as considerações ‘gerais’ sobre o imperialismo que esquecem ou relegam a segundo plano as diferenças radicais entre as formações econômico-sociais convertem-se inevitavelmente em banalidades vazias ou fanfarrônicas, tais como comparar ‘a grande Roma com a Grã-Bretanha’. Mesmo a política colonial capitalista dos estágios anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro.”

O fundamento principal da luta dos países imperialistas pelas colônias e semicolônias é o econômico. A posse de colônias ou a garantia de usufruto dos mercados de uma determinada semicolônia garante a exportação de capitais e a exploração por parte dos monopólios. “A posse de colônias é a única coisa que dá plenas garantias ao sucesso do monopólio contra todas as contingências da luta com o oponente, mesmo quando este procura se defender com uma lei que implante o monopólio estatal. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais agudas são a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.”

Neste capítulo foi possível aos participantes do estudo compreender lógica colonialista e portanto anexacionista do imperialismo, além de compreender o conceito de partilha do mundo, tão importante para entender a luta de classes internacional e qual deve ser a posição proletária e revolucionária diante dos conflitos que estouram nas diferentes partes do mundo, como na guerra na Ucrânia ou na Faixa de Gaza, cada um à sua maneira expressando essas tendências do imperialismo e o esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra.

Grupo de estudos do




MARXISMO

TODAS AS QUINTAS-FEIRAS •  
19H • VIRTUAL

Tema:

Estudo do livro:  
Imperialismo, fase  
superior do capitalismo  
(Lênin)

Entre em contato pelos canais para receber o texto e o link

 pormassas.org
 masas.por
 (11) 9 5446-2020

Nesta edição:

**Guillermo Lora**

- Realizado ato político em São Paulo ; - Entrevista na Bolívia;  
- Camaradas, organizações paralelas, simpatizantes e amigos rendem homenagem a Lora em Sucre

**Palestina**

- Manifesto e intervenção do POR em São Paulo

**Argentina**

- Editorial: É agora! É com todos os oprimidos! Unitariamente!  
- OTAN continua avançando no Atlântico Sul

**Trotsky**

- O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo

Artigos das Seções  
**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



**Realizados os atos em homenagem a Guillermo Lora**

**Memória eterna ao dirigente do CERQUI e do POR boliviano!**



São Paulo

**Ato-Político em homenagem a Guillermo Lora**

No dia 19 de maio, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou um ato-político seguido de um estudo sobre dois documentos de Guillermo Lora: “Necessidade histórica do Partido Mundial” e “Tarefa fundamental: reconstrução da IV Internacional”.

Lora faleceu em 17 de maio de 2009. Desde essa data, o POR faz uma homenagem ao dirigente do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e do POR boliviano. Nesses 15 anos de falecimento, o ato-político contou com duas exposições. Uma sobre a vida de Lora, que na realidade se entronca com a história do POR boliviano, destacando as Teses de Pulacayo, a Revolução de 1952 e a Assembleia Popular de 1971. Outra sobre o trabalho de Lora na edificação do CERQUI e o seu papel na construção do POR no Brasil. Após as exposições, foram constituídos os grupos para o estudo dos documentos. No final, houve a plenária, onde os grupos apresentaram uma síntese das principais formulações contidas nos documentos. Após as conclusões dos grupos, alguns militantes tomaram a palavra para expor o pensamento de Lora e destacar alguns conceitos do marxismo-leninismo-trotskismo contidos nos documentos estudados, como a necessidade da Internacional Comunista, a revolução proletária na sua forma é nacional, mas no conteúdo é internacional; nação oprimida e nação opressora; a revolução permanente; a lei do desenvolvimento desigual e combinado entre outros.

Publicamos abaixo a síntese das exposições.

**1. Lora e as lutas do POR boliviano**

Guillermo Lora Escobar nasceu em 1922 na Bolívia e faleceu em 17 de maio de 2009.

No início do ato um camarada do POR fez uma breve exposição da história e luta política de Guillermo Lora, que está vinculada diretamente a luta de classes na Bolívia. Destacou que Lora no início de 1940 cursava direito em La Paz. Aprofundou seus estudos no marxismo. Era a época da ditadura de Peñaranda. O grupo de La Paz, liderado por Lora organizou uma campanha de protesto contra a reunião de chanceleres, promovida pelo imperialismo no Rio de Janeiro. Os militantes de sua célula foram presos. Lora fugiu para Oruro e junto a outros militantes passaram a intervir em vários distritos mineiros como, Siglo XX, Colquiri, San José, Huanuni etc. Em 1942, o sindicato mineiro de Catavi reivindicou aumento salarial e reconhecimento sindical. A ditadura de Peñaranda decretou estado de sítio. O exército cercou a região e prendeu lideranças. O movimento respondeu com greve e a ocupação das minas. O dia 22 de abril foi a data do grande massacre operário pelas armas do exército. Mais de dois mil mineiros foram assassinados no massacre de Catavi. Lora, então com 20 anos, encontrava-se em Oruro. A direção do POR de Oruro encarregou o jovem Lora de viajar a La Paz para a distribuição de panfletos convocando os trabalhadores a uma greve geral. Delatado por marofistas do PSOB à polícia, foi preso pela primeira vez na ilha de Coti.

O camarada destacou também a importância dos militantes do POR, em particular Lora, então com 24 anos, na aprovação das Teses de Pulacayo no Congresso da FSTMB (Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia), em 1946. Um feito memorável, resultado da aproximação com os trabalhadores mineiros e da transformação de seu instinto comunista em consciência política marxista. As Teses de Pulacayo são um programa sindical, que expressa os métodos e objetivos estratégicos da revolução proletária. Sinaliza não somente a independência política do proletariado boliviano, como também o caminho para a tomada do poder e a constituição de um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado. Também apontou a luta política de Lora no combate

ao nacionalismo burguês do MNR e o papel traidor do pablismo na Revolução de 1952. Mostrou que em 1951, a IV Internacional já sob o controle de Michel Pablo e Mandel defenderam a dissolução das seções da IV nos partidos comunistas/estalinistas ou nos partidos nacionalistas. Com essa linha Pablo vai defender que o POR apoiasse a ala esquerda do MNR, dirigida pelo burocrata mineiro Lechin. Lora rechaçou a posição de Pablo e defendeu a COB como organismo de duplo poder, a luta pela tomada do poder por meio de uma revolução proletária e a constituição de um governo operário e camponês.

Já nos anos 70, fruto do levante das massas contra a repressão e o arrocho salarial se constituiu o “comando político da COB e do povo”, em 1º de 1971, que deu lugar à criação da Assembleia Popular, concretizando um projeto apresentado pelos delegados do POR e do PCB. Desde o início, duas posições se apresentaram no comando. A primeira defendia um acordo com o governo de unidade nacional, tal como a traição feita pelo pablismo, ao defender o apoio e o entrismo no MNR em 1952. A segunda posição era a do POR. Lora, então com 50 anos e em plena maturidade política combateu a participação no governo, defendeu a independência política dos explorados e a assembleia popular como expressão de uma frente anti-imperialista, dirigida pela classe operária. Mais uma vez Lora e os poristas impuseram uma derrota ideológica aos estalinistas e ao lechinismo, que procuravam uma conciliação com o governo Torres. A Assembleia não teve tempo de se estender a todo o país. A burguesia deu um golpe na assembleia e constituiu a ditadura de Hugo Banzer. Guillermo Lora foi obrigado a exilar-se no Chile.

Camarada Lora, sua obra e sua luta permanecerão para sempre no combate da classe operária e do proletariado mundial. Na luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

No final do ato todos ficaram de pé e com o punho cerrado deram um “Viva ao revolucionário Guillermo Lora!”, “Viva o POR!”, “Viva a Revolução Proletária Internacional!”

## 2. Lora na edificação do CERQUI e na construção do POR-Brasil

Eis os principais pontos da exposição:

1. A nossa existência do POR-Brasil se deve ao POR da Bolívia e à construção do Comitê de Enlace (CERQUI), em particular, a Guillermo Lora.

2. Desde 1988, ocorreram reuniões entre o POR boliviano e um grupo de militantes argentinos, que havia rompido com a corrente Política Obrera. Foi por meio dessas reuniões que o POR, criado em 1989, estabeleceu os primeiros vínculos com Lora, que trabalhava pela reconstrução da IV Internacional.

3. Em 8 e 9 de setembro de 1990, Lora esteve no Brasil. Onde também ocorreu uma reunião do CERQUI. No Brasil, Lora fez várias palestras, organizadas pelo nosso embrião de partido. Era um período bastante convulsivo. Com greves operárias contra o Plano Collor, primeiro presidente eleito após o fim da ditadura militar, disputando com Lula. Havia uma febre das correntes em apoiar eleitoralmente o PT. O nosso partido já havia rompido com o PT. E Lora em suas discussões assinalava a integração do PT ao Estado burguês e ressaltava que a tendência era cada vez mais abandonar todo seu vínculo com o proletariado e se aproximar dos partidos burgueses, visando a alcançar eleitoralmente ao poder do Estado. Também analisou a resolução do PT de expulsão das correntes de esquerda. Lora dizia que o não rompimento com o PT significava fazer uma revisão estratégia do programa da revolução proletária, portanto, da estratégia insurrecional, do governo operário e camponês e da ditadura do proletariado.

Na reunião com a TPOR, Lora enfatizou que a tarefa era a de construir um partido-programa, o que implicava conhecer a história do Brasil, a mecânica das classes, as lutas da classe operária e dos camponeses e, ao mesmo tempo, intervir nos movimentos sociais e, particularmente, junto a classe operária, aproveitando o instinto de luta do proletariado para propagandear a estratégia da revolução social. Sempre mostrando o vínculo do partido (nacional) com o internacionalismo, com a necessidade de assumir a tarefa de reconstruir a IV Internacional.

4. O 1º Congresso do CERQUI, ocorreu em 1994. Os documentos constitutivos do CERQUI estão publicados no nosso livro “Por em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista”. Nesses documentos, quase todos escritos por Lora, temos a concepção do partido leninista internacional. Portanto, o CERQUI não como uma soma de partidos nacionais, mas como um partido mundial com seções de partidos revolucionários regidos pelo centralismo democrático.

Esse momento foi muito importante porque Lora iniciava a longa jornada de publicação das Obras Completas. Ou seja, a de reunir a rica experiência de intervenção do POR boliviano contida nos folhetos, livros, artigos dos jornais Massas, publicações em folhas avulsas (Mola do Diabo, Colmena, Folhas de meu arquivo etc.). Para o POR-Brasil, foi o momento em que editava o programa partidário, concluído em 1993.

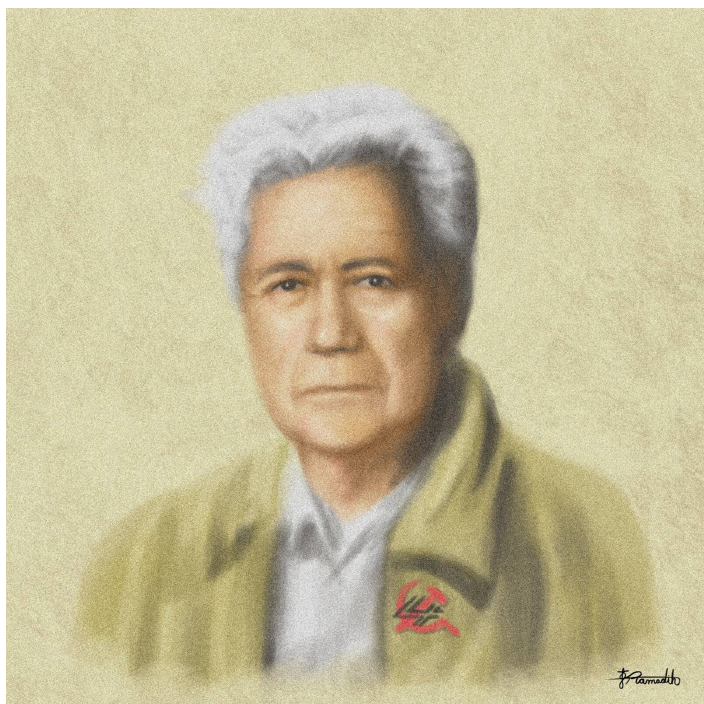
5. Como se vê, de 1988 a 2009, a vida de Lora esteve inteiramente ligada à reconstrução da IV Internacional, estilizada após o assassinato de Trotsky pelas correntes revisionistas. Fez parte dessa longa trajetória acompanhar, nas condições extremamente difíceis de um país atrasado como a Bolívia, o processo de restauração capitalista na Rússia, nos países do Leste Europeu, na China e em Cuba. O que resultou o livro “Perestroika” e inúmeros artigos sobre o retrocesso político e organizativo do proletariado mundial.

6. Duas considerações finais: 1) nunca Lora impôs às seções do CERQUI sua autoridade política. Dizia “entrego ao CERQUI essa valiosa experiência do POR boliviano. Pedimos que assimile, por meio das discussões críticas, esse patrimônio, que certamente expressa a continuidade do marxismo-leninismo-trotskyismo. Lora dizia que várias correntes reivindicam do Programa de Transição, mas na realidade negam o Programa de Transição, pois rejeitam a construção do partido-programa; 2) Guillermo Lora foi um exemplo de militante que se elevou à condição mais alta de um militante profissional, na concepção leninista que dedica sua vida à construção dos partidos revolucionários. Temos consciência de que a melhor forma de homenagear Lora é trabalhar pelo fortalecimento do POR no Brasil, como seção do CERQUI

De punho erguido, saudou: **Guillermo Lora vive no CERQUI!**  
**Guillermo Lora vive no POR brasileiro!**



## Entrevista

**Conversatório**

Esta atividade se realiza no marco das comemorações organizadas, na cidade de La Paz, para lembrar os 15 anos do falecimento do camarada Guillermo Lora, referência política, teórica e histórica do movimento operário e do trotskismo em nível nacional e Internacional. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) quer contribuir para pôr em evidência, desde a perspectiva do internacionalismo proletário, a contribuição de Guillermo para a organização do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Então, nesta ocasião, teremos a intervenção dos camaradas Atilio do Brasil, Ramón da Argentina e Hugo do Chile.

Para iniciar, o camarada Atilio vai se referir à contribuição do Guillermo Lora para a reconstrução da Quarta Internacional e a discussão da problemática do internacionalismo proletário.

**Atilio:** Boa noite camaradas. Esta data é muito importante para nós do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional. Sempre dedicamos a discutir no momento em que lembramos o triste momento em que o nosso camarada Guillermo Lora faleceu. E a contribuição do Guillermo está fundida à construção do POR da Bolívia. Quando falamos de Guillermo falamos do POR da Bolívia. Mas devido a que Guillermo teve uma contribuição muito ampla, que permitiu constituir o Comitê de Enlace, permitiu a luta pela reconstrução da Quarta Internacional, então todo esse trabalho tem uma transcendência internacional. É muito importante, particularmente para a luta revolucionária na América Latina. Por isso, creio que, quando falamos de Guillermo Lora, temos de obrigatoriamente fazer referência à sua magnífica Obras Completas, que foi publicada num período de 14 anos. 14 anos publicando quase que um volume ao mês. E este trabalho tem uma particular importância, que é a luta pela reconstrução da Quarta Internacional.

Neste momento, a classe operária está diante de uma situação mundial em que a barbárie capitalista avança em ritmo muito acelerado. Em um dos seus últimos escritos, que se encontra no último tomo de suas Obras Completas, Guillermo trata dessa caracteriza-

ção no documento “Rumo à Barbárie”. É um dos últimos escritos que está no volume publicado em 2008. E nele se tem uma avaliação, se tem uma análise, inclusive autocrítica, acerca da questão de como o POR viveu o problema do internacionalismo. Isto porque o POR, que se constituiu em uma potência política e histórica, em um país muito atrasado do ponto de vista capitalista, muito isolado devido às circunstâncias históricas, não teve como evidenciar a transcendência do problema do internacionalismo, de forma que a sua contribuição ficou sobremaneira oculta. Nós temos a obrigação de romper a camisa de força que ocultou o magnífico trabalho de Guillermo entorno à defesa das conquistas das internacionais, desde a Primeira Internacional que contou com a participação decisiva de Marx e Engels, da importância da Terceira Internacional edificada principalmente sob a direção de Lênin, liquidada pelo estalinismo e a constituição da Quarta Internacional sob a direção de Trotsky. Justamente neste momento em estamos diante de uma guerra na Ucrânia, que tende a todo momento transbordar para toda Europa e que coloca o perigo de se transformar em uma guerra dos Estados Unidos e sua aliança contra a Rússia, ressalta a crise de direção que se expressa na ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista.

E há também a intervenção do Estado sionista que está perpetrando uma carnificina na Faixa de Gaza, um genocídio na Faixa de Gaza, que está refletindo uma situação em que o capitalismo descarrega todo peso de sua desintegração sobre os países semicoloniais. Guillermo Lora tem uma formulação muito significativa, que, ao caracterizar Bolívia como um país de economia combinada, de economia atrasada, com traços pré-capitalistas e ao caracterizar Bolívia como um dos países da América Latina extremamente oprimido pelo imperialismo, evidencia a rebelião dos explorados e a marcha da revolução social como parte da revolução na América Latina e mundial. No período de 1946, quando se destacou na luta de classes com as Teses de Pulacayo, quando tomou parte ativa na revolução de 1952 e quando lutou pela assembleia popular em 1971, nesse período convulsivo, o POR se consolidou como um partido plenamente marxista-leninista-trotskista, e, portanto, um partido de quadros da Quarta Internacional, ainda que se mantivesse isolado.

Então temos claro que um conjunto de ideias-chaves se constituiu em guia, não apenas para a luta do Comitê de Enlace, mas para a luta mais geral pela reconstrução da Quarta Internacional, o que implica uma luta em meio às correntes centristas que se reivindicam do trotskismo. Tem uma importância muito grande a posição de que a economia mundial como uma unidade superior condiciona as relações entre todos os países, incorpora os países semicoloniais como países em que as revoluções, que têm suas particularidades, exigem que suas seções constituam seus programas. Lora insiste na formulação de que a essência da formação e desenvolvimento do partido está em armar-se do programa que por sua forma é nacional e por seu conteúdo é internacional, como prescreve Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista.

É muito importante esta discussão da relação entre a reconstrução da Quarta Internacional tendo em conta por onde passa a formação dos partidos-programas, dos partidos revolucionários. Este é um ponto chave nas formulações e experiências do POR da Bolívia. É nesse marco que Guillermo reconhece que o isolamento do POR diante do movimento mais geral da Quarta Internacional foi muito prejudicial para que a luta na Bolívia pudesse ultrapassar suas fronteiras e alcançar uma influência mais significativa no interior da Quarta Internacional, que acabou se dissolvendo sob os golpes do revisionismo do pablismo e consortes. Continua como

um grande obstáculo para a luta mundial do proletariado a desintegração da Quarta Internacional. Trata-se de um problema histórico que está presente em profundidade nas Obras Completas de Guillermo, apesar das limitações reconhecidas por ele mesmo na forma de crítica e autocrítica. O POR da Bolívia assume a responsabilidade de trabalhar pela reconstrução da Quarta Internacional. Lora tem clareza quanto ao significado histórico do internacionalismo proletário diante da dissolução da Quarta Internacional e do desmoronamento do estalinismo responsável pela liquidação da União Soviética.

É muito importante que nós tenhamos claro que somente neste momento o Comitê de Enlace pode aproveitar toda esta experiência, que é muito rica, da luta Internacional do POR da Bolívia para enfrentar os novos problemas que se colocam diante da vanguarda revolucionária. As novas respostas que se exigem de nós, como, por exemplo, enfrentar programaticamente uma guerra muito complexa como a que ocorre na Ucrânia. E responder também com muita precisão estratégica à luta pela autodeterminação do povo palestino. Todas as formulações que o Comitê de Enlace tem elaborado e o desenvolvimento de uma campanha Internacional se deve a esta tradição de preservação dos fundamentos do Programa de Transição da Quarta Internacional pelo POR da Bolívia. As correntes revisionistas abandonaram o Programa de Transição. E Guillermo formulou uma explicação que nos parece muito acertada: que as correntes revisionistas falam do Programa de Transição formalmente, mas o negam no momento em que não constroem seus programas baseados nas particularidades dos seus países.

Me parece também que esta é uma formulação que devemos aproveitar, devemos verificar como o Comitê de Enlace pode aproveitar melhor estas conquistas do POR da Bolívia na figura e no trabalho de Guillermo Lora.

Para concluir, vejo que Guillermo foi um exemplo muito raro na América Latina de um militante que se elevou à condição mais alta, no sentido leninista, do militante profissional. No sentido leninista, como foi Trotsky, como foi Lenin e de outros revolucionários, que não é o caso de nomear todos eles. Esses dois pilares do marxismo têm uma presença muito forte na Bolívia, e o trabalho do Guillermo em compreender que os instintos revolucionários do proletariado mais atrasado, mais oprimido da América Latina, estando seus instintos de classe em atividade, podem se transformar em construção do partido-programa. No caso, o POR que elevou a teoria marxista a um patamar mais alto, após o assassinato de León Trotsky. Nos marcos da Quarta Internacional já pulverizada, o POR, sob a direção de Guillermo Lora, manteve viva a chama acessa do internacionalismo, manifestadamente no trabalho entre os mineiros, na classe operária mineira, empreendido pelo jovem Guillermo em meados de 1940. E aí as Teses de Pulacayo e toda a luta que passa pela revolução de 1952, e a luta por construir a Assembleia Popular, por constituir a Frente Única Antiimperialista, que foi uma experiência de formação de um soviete na América Latina, tem uma transcendência para nós, do ponto de vista não apenas da experiência boliviana, mas também da experiência internacionalista que se reflete na importância para a América Latina. Creio que essas seriam as minhas observações sobre a importância de Guillermo Lora para a luta pela reconstrução da Quarta Internacional, que é uma luta muito dura em um quadro desagregador do capitalismo e de um retrocesso ideológico profundo que afeta todas as correntes. Creio que esta é uma colocação e uma homenagem a Guillermo Lora, uma homenagem militante em que se diz “Memória Eterna ao camarada Guillermo Lora”. Amanhã o POR do Brasil fará o seu curso de formação tratando acerca de dois textos de Guillermo Lora em torno ao internacionalismo proletário. Viva Guillermo Lora! Viva o Comitê de Enlace!

**Ramón:** boa noite companheiros e companheiras. É uma honra participar desta homenagem a Guillermo Lora, grande revo-

lucionário a quem devemos a existência do POR da Argentina e também do CERQUI, e, assim como o camarada assinalava há pouco, esta referência impressionante, esta contribuição político-teórica realizada durante toda a sua vida, todos os revisionistas do trotskismo no mundo inteiro tentaram ocultar e insolar. Esta contribuição extraordinária feita por Guillermo e também o pelo POR da Bolívia praticamente não é difundida, é ocultada, porque precisamente é a referência viva ao Programa de Transição, à luta pela revolução proletária.

Por que é tão importante a contribuição de Guillermo Lora na construção do nosso partido?

Eu vou relatar um episódio que tem a ver com a origem da nossa organização. A maioria dos camaradas que fundamos o POR vínhamos do Partido Obrero. O Partido Obrero entrou em crise no Congresso de final do ano 1986. E durante todo o ano 1987 e parte de 1988 nos dedicamos a debater entre todos os perseguidos, expulsos e punidos sobre a necessidade de construir o partido revolucionário. Esta tarefa estava em aberto. E a referência inevitável era o POR da Bolívia e Guillermo Lora. E nesse sentido teve uma importância extraordinária a advertência feita pelo Guillermo, bem cedo, no ano 1984, numa publicação da Muela del Diablo, onde ele escrevia o seu combate cotidiano, onde assinalava o problema central do partido, ou seja, que partido se havia de construir na Argentina? E isso foi muito importante para nós, pois não conhecíamos este trabalho da Muela del Diablo, porque não se difundiam as obras do Guillermo, se havia deixado de divulgar as obras do Guillermo naquela época. Entretanto Roberto Gramar, que era do comitê central de PO, viajou à Bolívia para se reunir com Guillermo Lora. Já naquela época, as relações com a TCI (Tendência Quarta Internacional) que integravam Política Obrera e o POR estavam rotas. E a viagem foi para buscar algum tipo de relação fraternal com o POR da Bolívia. Roberto Gramar, que faleceu recentemente, escreveu um Boletim Interno que teve uma extraordinária importância porque assinalava todas as críticas que Guillermo Lora e o POR boliviano faziam ao Partido Obrero da Argentina. E quais eram estas críticas? Diziam, um partido não pode mudar de nome. Um partido que durante quase 20 anos se denominava Política Obrera não pode abandonar de uma hora para outra seu nome, sua tradição e mudar sua roupagem. Um partido não pode mudar o seu estatuto de um dia pro outro. Não pode abandonar as principais conquistas programáticas. Política Obrera não tinha programa, o Partido Obrero não tinha programa. E Lora adverte que este caminho de abandonar o nome, de abandonar a sua imprensa, de abandonar o estatuto por este caminho iria concluir no centrismo. Iria repetir a história que Moreno iniciou no começo dos anos 1970 com a legalização do PST. É o mesmo caminho, esse é o futuro do Partido Obrero. Esta advertência foi feita por ele no ano 1984. E para nós foi muito importante porque lembrávamos a crítica que havia sido colocada naquele Boletim Interno e foi uma das ferramentas no debate político no interior do partido que queríamos reconstruir. Porque, dizíamos, a crise que havia em PO não era uma crise de tipo organizativo, como víamos na maioria dos camaradas no PO. Havia uma crise política. Quando aparecem os problemas de degeneração organizativa, está se expressando um problema político, um problema programático. E isto foi o que desde cedo Guillermo Lora alertou.

Efetivamente, e isto Lora previu em 1984 sem o conhecer. O PO resolve dissolver as células de Política Obrera porque na luta que travamos no ano 1983 falávamos que a campanha eleitoral permitia formar círculos, incorporar massivamente trabalhadores, jovens sem nenhuma experiência, mas nós não podíamos diluir as células do partido. Essa posição entrava em choque com as mudanças, uma vez que a organização celular de quadros, de quadros militantes que haviam superado a pior ditadura, com alguns companheiros mortos e que haviam desaparecido pelo terrorismo, se perderia. O partido que havia se forjado na pior ditadura não se

podia dissolver. Entretanto, em 1984, tomam a decisão, a maioria da direção, sem realizar um Congresso que há um único partido que é o Partido Obrero, não há um partido dentro do outro, não há mais células, são os círculos do Partido Obrero. E um único estatuto, o estatuto apresentado à justiça. Isto era exatamente o que Guillermo denunciava. O partido havia se dissolvido. Um partido que não tinha programa, que não tinha prática de realizar congressos regulares, se dissolvia. Aquelas grandes conquistas programáticas que o partido durante 20 anos de existência havia conseguido começava a se diluir.

E por que Política Obrera havia dado este salto? Tinha amadurecido, junto com o POR da Bolívia, porque no final dos anos 1960 e começo de 1970 se integra no CORQUI para reconstruir a Quarta Internacional junto com a OCI francesa num esforço para reconstruir a Internacional. Esse processo fracassa, se frustra no ano 1977-1978. E esta crise propiciou o surgimento da TQI. Ou seja, nós os militantes de Política Obrera conhecíamos muito bem a obra de Guillermo Lora e conhecíamos muito bem a trajetória do POR boliviano porque em 1971, após o golpe de Banzer, havíamos recebido uma grande quantidade de camaradas exilados da Bolívia e eles contribuíram também para a nossa formação. Esta era a relação estreita que havia entre Política Obrera e o POR boliviano. E quando se produziu a ruptura do PO no ano 1986, nesse processo que iniciamos no ano 1987 procuramos nos contatar diretamente com Guillermo Lora. E foi muito rápido, foi rápido encontrarmos a resposta do camarada. “Vocês têm de se constituir como partido revolucionário, tem de elaborar o programa, tem de ser a expressão consciente da classe operária na Argentina como parte da luta pela construção da Internacional”.

Isto foi decisivo. Não importa se houver limitações, houver equívocos, vocês têm e formular o programa. Que revolução há que se fazer na Argentina. Porque disso depende o partido que se tem de construir, e com essas formulações tem de intervir na classe operária. Quais eram estas ideias? Fundamentalmente que o partido da classe operária tem de se construir em torno ao programa. O partido é o programa. E isto ele enfatizou uma e outra vez. Dizia: não é uma coisa estranha que na Argentina existam trotskistas desde a década de 1920? Muito cedo houve trotskistas na Argentina, há dezenas de correntes que se declaram trotskistas e, no entanto, não se pôde se construir o partido revolucionário. Vocês têm essa tarefa. Vocês têm a responsabilidade de resolver esta tarefa histórica. Então, o camarada disse que não apenas se tratava de elaborar o programa em torno à estratégia da revolução proletária e da ditadura do proletariado, esta é uma chave, o programa se estrutura em torno à estratégia. Vocês têm de explicar como será a revolução na Argentina, como se chegará à ditadura do proletariado, qual é a aliança de classes, qual é a mecânica da revolução na Argentina para construir esse partido. O partido é a expressão consciente do proletariado. Não é um partido de massas, é um partido de vanguarda, é a vanguarda organizada em torno ao programa. Esse é o desafio que vocês têm. Têm que fazer um balanço do porquê as correntes trotskistas na Argentina não conseguiram até agora construir esse partido. Por que fracassaram? Quais foram as pressões, qual foi a revisão, qual foi a capitulação que cometeram para que não tenha sido possível concretizar a construção do partido revolucionário na Argentina? Esta foi a recomendação de Guillermo, e esse partido tem de ser um partido bolchevique. Há uma relação direta entre o tipo de partido que precisamos construir e a estratégia que defendemos. Nenhum outro tipo de partido.

Por que era tão importante na Argentina? Porque, nesse momento, os centristas haviam enfiado a ideia de que o partido trotskista tinha de ser um partido de massas. Havia um grande processo de politização de radicalização social e era o momento de construir grandes aparatos, aparatos centristas, eleitores. E havia de combater essa poderosa pressão exercida sobre o partido com essa ideia de que era um partido de quadros, de quadros pro-

fissionais armados com o marxismo e construir o programa, e lutar para ser a direção do proletariado.

Este é o problema que ao mesmo tempo que construímos o partido vamos a construir a Internacional. E imediatamente demos os primeiros passos junto com o Brasil, junto com os companheiros do Uruguai e do Chile, porque havia de se pôr a trabalhar, havia de se retomar o trabalho feito com a TQI. Todos os esforços militantes, realizados durante 30 anos, havia de retomá-los. E ele considerou que as Obras Completas eram a coluna vertebral neste trabalho, porque, dizia, nós temos aqui uma experiência acumulada para contribuir com a reconstrução da Internacional e para a luta em cada país. Não se trata de copiar não se trata de reproduzir o que fazemos na Bolívia, se trata que vocês trabalhem com este método. Construam com este método o programa e a organização bolchevique. E Guillermo Lora teve um especial interesse em trabalhar, em ver qual era este conceito de partido, como esse partido minoritário, partido de vanguarda, partido de quadros, procura se entroncar com a classe operária porque é sua expressão consciente, como se transforma em força material. Porque, dizia, do contrário vão permanecer apenas como uma tendência, vão se dissolver. O partido tem de se fazer carne na classe operária e para que isto ocorra depende da qualidade da militância, de como vocês se fusionam com o movimento operário. Tem de se transformar efetivamente na vanguarda organizada do movimento operário. Esta foi a luta extraordinária que deu Guillermo Lora para nos formar e combater todos os desvios que tínhamos de tantos anos de militância em organizações que concluíram sendo centristas. Para nós, esta é a herança mais importante. Sem Guillermo Lora não poderia ter havido, não existiria o POR argentino. Sem Guillermo Lora e o POR não poderia ter existido o CERQUI. Porque, praticamente, apenas começamos a nos organizar, se colocou a necessidade de organizarmos o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional. Isto foi um desafio imediato, a ideia de que não há partido nacional sem a perspectiva de reconstruir a Internacional, o Partido Mundial. Isto Foi uma luta permanente e está em toda a obra de Guillermo. Não há nada de nacionalismo como o acusam os centristas. Foi um internacionalista íntegro em todos os terrenos, dando a luta para construir o partido programa na Bolívia e dando a luta para reconstruir a Internacional.

Quero deixar claro aqui a relação entre esta contribuição tão importante que fez Guillermo sobre a Teoria Marxista do Partido Político, porque este trabalho é um dos mais difundidos na Argentina. Nós o imprimimos e reimprimimos muitas vezes. Era nossa principal arma de luta política. Este é o partido que há que construir e destacamos este trabalho. Este trabalho começa no seu folheto de 1985 e tem a ver com um curso que o Guillermo deu em 1980, e entroncava precisamente com esse período da crise da TQI, e de crises que nós estávamos vivendo com o Partido Obrero na Argentina. Por isso, há uma relação muito estreita, direta na crise da TQI, na crise internacional e na construção do Partido Operário Revolucionário na Argentina. Como há pouco assinalou o camarada Atilio Gloria a Guillermo Lora! Glória ao POR boliviano! Glória ao CERQUI!

**Hugo:** Camaradas boa noite. Coincidimos com o que ocorreu na Argentina e no Brasil e com o que ocorre na Bolívia. Nós conhecemos o camarada Guillermo Lora através de um camarada que era Roberto Gramar. Ele entrou em contato conosco em 1971 e foi precisamente quando foi assassinado Edmundo Perez Zujovic por uma organização foquista denominada Vanguarda Organizada do Povo. Gramar nos comentava e perguntava o que achávamos do atentado que havia acontecido e que resultou na morte dessa pessoa. Esse sujeito foi nefasto, porque ele comandou a matança de mineiros em San Salvador, enquanto era ministro do interior. E também o massacre da população em Puerto Mont.



Ou seja, possuía um prontuário difícil de esconder e por isso foi assassinado pela Vanguarda Organizada do Povo. Entretanto o camarada argentino, Gramar, nos perguntou, o que achávamos? Naquela época, militávamos no MIR FR, o MIR Frente Revolucionário, que havia sido expulso por Miguel Henriques e a maioria era de operários de Concepción e Talcahuano. Eu pertencia a esse grupo em Talcahuano, e nós, como miristas e foquista, pensávamos que estava certo. Porém, no debate, ele nos esclareceu quais eram os conceitos do Partido Operário Revolucionário, porque o foquismo é completamente alheio à classe operária e inclusive a repudia. Portanto, um grupo de pessoas não podia substituir à classe operária e menos ainda a nação oprimida. Esses conceitos foram debatidos e chegamos à conclusão de que tinha razão. E, quem estava à frente? Era Guillermo Lora do POR. O camarada Guillermo, por intermédio dele [Gramar], começou a dirigir este embrião de partido, porque era um grupo apenas, éramos 12 pescadores, mas tínhamos contato com outras empresas, com o Porto de Talcahuano e com militantes e operários de Huachipato do setor industrial de Talcahuano. E com eles fomos nos unindo e discutindo como tratar o problema que nos afetava e que era grave, principalmente no setor da pesca. Porque havia os pescadores industriais e havia os sindicatos de arrasto e sardinheiros. Aí, nós trabalhávamos, mas tínhamos contatos com os pescadores artesanais que pertenciam ao sindicato dos mergulhadores e escafandristas de Talcahuano, que também tinham seus problemas. Desse modo, começamos a formular uma organização e chegamos a ocupar a empresa Marco Chilena, a pesqueira Unida e a pesqueira O Golfo, que era de um fascista de Stenguer que ainda existe.

Ocupamos as pesqueiras e instalamos o controle operário. E o Porto de Talcahuano foi ocupado pelo sindicato de mergulhadores e se formou um Conselho de Administração do Sindicato, e o pátio e o porto de Talcahuano foi controlado pelo sindicato de mergulhadores naquele momento. E tudo isso por quê? Devido ao trabalho realizado pelo camarada Guillermo Lora, a quem não conhecíamos pessoalmente até aquele momento. Só o conhecemos em março de 1972, quando houve o congresso do MIR FR ao qual pertencíamos, mas fomos para romper com o MIR. Rompemos e se desintegrou. Um setor ficou em Valparaíso, outro em Concepción, nós em Talcahuano, outro setor em Santiago dirigido pelo Luis Vitale e Humberto Valenzuela. Eles ficaram isolados. E ficamos nós no sul, fazendo nosso trabalho, dentro do setor pesqueiro e dentro das organizações sindicais como Huachipato, El Chalan e tínhamos relações com o jornal El Sur de Talcahuano e seus dirigentes, principalmente com Tardón e com outros jornalistas mais.

E dessa forma fomos estruturando a organização marxista revolucionária e começamos a editar os livros do POR boliviano. Nessa altura, já tínhamos um contato direto com o POR boliviano através de Guillermo Lora e os militantes que estavam exilados no Chile, naquela época. A Velarde e outros, Rina enfim. Uma série de militantes reconhecidos em nível internacional pela classe operária. E tudo isso nos levou a quê? A que entendêssemos qual era o papel e como evoluir nós e a classe operária, porque éramos jovens operários. Como evoluir de uma prática inconsciente, instintiva, para nos transformamos em uma classe consciente e para isso era

necessário nos empapar do marxismo-leninismo, participando do curso de formação que ministrava o camarada Guillermo.

E isso nos sustentou por mais de 50 anos na militância a nos mantermos com o espírito bem alto para continuar lutando. Foi isso que nos impulsionou, esses ensinamentos que recebemos quando éramos muito jovens e fomos amadurecendo-os durante os anos. E isso é o que no momento nós, como militantes, no trabalho que estamos fazendo, publicando um jornal modesto, com muitas falhas, mas no qual colocamos todo o empenho possível.

Neste 1º de maio assistimos a uma marcha em Valparaíso e éramos os únicos que levávamos uma faixa, que levávamos jornais e começamos, com gente alheia a nós, mas que nos segue há tempos, a propagandear nossa política. Nessa manifestação nos colocamos à frente da marcha, orientando e dirigindo o grupo encabeçado pelos militantes ativos em defesa da Palestina. Essa gente é a que nos apoia, por isso a marcha se dividiu em duas: uma com o Partido Comunista, Partido Socialista e Frente Ampla – que andavam fazendo propaganda política e devido ao nosso desenvolvimento, com nosso empenho na luta, eles dividiram a marcha – e ficamos apenas os que estamos combatendo. Essa gente é a que nos está apoiando e que pensam, quando adquiriam o nosso jornal “vocês cresceram muito”, mas somos apenas um pequeno núcleo que, no entanto, tem já uma influência significativa no Porto de Valparaíso. Ao mesmo tempo, estamos tentando abrir o trabalho em Santiago. E tudo isso o devemos precisamente ao camarada Guillermo Lora. Ele nos incentivou, ele nos levou adiante e não somente ele, mas também os camaradas que estavam com ele naquela época do exílio, que também desempenharam um papel importantíssimo e junto com o companheiro Roberto Gramar a quem nunca esqueçemos, porque ele deu o pontapé inicial para que nos comprometêssemos com o socialismo revolucionário, com o socialismo científico, pelo internacionalismo proletário e contra os grupos foquistas e nacionalistas, reformistas e revisionistas que mantinham o apoio a Salvador Allende e agora apoiam o Gabriel Boric. Ou seja, são as mesmas pessoas e são os que são repudiados neste momento pela maioria do povo, pela maioria oprimida. Inclusive alguns que votaram neles estão arrependidos e se arrependem profundamente, porque inclusive eles tentaram desmoralizar o que foi a rebelião popular do ano 2019, atacando a imagem daquela época que era a bandeira Mapuche e um cachorro metido entre as pessoas, porque as marchas em Valparaíso e Santiago sempre têm a companhia de cachorros que andam no meio das pessoas e latem para os policiais [pacos]. Por isso lhe colocaram o nome de cachorro mata-pacos. Esta gente repudia tudo o que for de esquerda e o próprio Boric se declarou antimarxista, e se declara ao mesmo tempo allendista, e está bem, porque Allende nunca foi marxista, era maçom.

Nós mantemos no alto o internacionalismo proletário em defesa da revolução e a ditadura do proletariado e pela Frente Única Antiimperialista. Essas são as consignas precisas que estamos levantando sempre. Viva a revolução proletária! Viva o internacionalismo proletário! Viva Guillermo Lora!

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Bolívia

## Camaradas, organizações paralelas, simpatizantes e amigos rendem homenagem a Guillermo Lora em Sucre



Na sexta-feira, 17 de maio, foi realizada uma homenagem aos 15 anos da morte de Guillermo Lora. O ato-político ocorreu na Biblioteca Pública da ABNB. Contou com a participação de militantes, simpatizantes, membros de organizações sindicais e estudantis como a URMA, URUS e URES, amigos e o público em geral.

No ato, foi anunciado o acordo no qual, vários volumes do restante da biblioteca Guillermo Lora, serão doados ao Arquivo e Biblioteca Nacional da Bolívia para acompanhar os 17 mil livros, panfletos, 5 mil revistas e diversos documentos pessoais que já estão no repositório da ABNB desde 2010. Estes volumes restantes correspondem principalmente a documentos estrangeiros que foram estudados por Lora para compreender em profundidade o panorama global e latino-americano que constituem o quadro em que se desenvolve a realidade política e econômica do nosso país. É bom lembrar que Guilherme se esforçou para reconstruir a Quarta Internacional, para colocar o Partido Mundial da Revolução Socialista em pé e superar a crise de direção que vivemos atualmente, daí a sua preocupação em estudar a política, a economia e a cultura internacionais. Entre esses volumes estão, por exemplo, uma coletânea da famosa revista “Amauta” dirigida por José Carlos Mariátegui, precursor do marxismo na América Latina.

A homenagem começou cantando “A Internacional” e depois falou Rina Pérez, companheira de vida de Guillermo Lora, que emocionou o público com sua intervenção, lembrando o grande revolucionário. Em seguida, falou o representante da ABNB, anunciando a doação da biblioteca do Guilherme. Depois falaram os representantes das organizações paralelas, destacando a influência de Lora e do POR nas lutas dos docentes e da universidade e como as suas ideias continuam vigentes na luta em defesa da educação única, pública e gratuita.

Por fim, falou o representante do Comitê Regional do POR, que destacou a ligação entre a vida de Guillermo Lora e a história do movimento operário, mostrando como ocorreram os episódios mais importantes da história da Bolívia como a aprovação das Teses Pulacayo, a Revolução de 1952, a luta contra o nacionalismo, a Assembleia Popular, a resistência às ditaduras militares, a luta contra os governos neoliberais e o nacional-reformismo do MAS. Eles tinham Lora e seu partido como protagonistas, sempre no olho da tempestade social e sempre orientando e guiando as massas sob as ideias do proletariado, com o objetivo claro de realizar uma revolução para estabelecer um governo operário-camponês que libertasse o nosso país da opressão imperialista.

Concluindo, o ato-político serviu para destacar a importância das ideias programáticas do POR que Guillermo foi responsável por deixar impressas para armar a militância e os novos revolucionários da Bolívia e de outros países, para poder enfrentar a crise geral do capitalismo que arrasta a humanidade à barbárie e poder propor uma alternativa revolucionária a toda a podridão da política burguesa.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

## Teatralização da ONU diante do genocídio na Faixa de Gaza

*A prepotência do Estado sionista se deve aos Estados Unidos*

*A hipocrisia burguesa de reconhecimento da Palestina se estampa com o prosseguimento da carnificina em Rafah*

*As manifestações em todo o mundo devem ser fortalecidas pela organização de uma frente única anti-imperialista*

*Impulsionar as bandeiras de retirada imediata das forças sionistas invasoras, fim do genocídio e autodeterminação do povo palestino*

*Lutar sob a estratégia revolucionária por uma República Socialista na Palestina e pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio*

29 de maio de 2024

No dia 24 de maio, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU aprovou a resolução que exige a imediata interrupção da ofensiva militar em Rafah, no sul da Faixa de Gaza. Ao mesmo tempo, a Corte sediada em Haia, Holanda, exige que o Hamas li-

berte incondicionalmente os reféns apreendidos na operação militar de 7 de outubro de 2023 em Israel. Nessa mesma resolução, apregoa que Israel deixe de bloquear a passagem dos comboios de ajuda humanitária em Rafah, na fronteira com o Egito. Antó-

nio Guterres, secretário-geral da ONU, declarou que as decisões da CIJ devem ser “devidamente respeitadas”. O tribunal da ONU se viu premido a responder ao pedido da África do Sul, que vem insistindo sobre a necessidade de parar com o genocídio dos palestinos. Quatro dias antes dessa decisão, o Tribunal Penal Internacional (TPI), que julga autoridades e não Estados, condenou o primeiro-ministro de Israel, Netanyahu e líderes do Hamas à prisão, que deve ser cumprida pelos 124 países signatários. Segundo os juízes do TPI, tanto o primeiro-ministro israelense quanto os dirigentes do Hamas cometeram “crimes de guerra contra a humanidade”.

O movimento de trabalhadores e da juventude, que vêm lutando há oito meses contra a opressão nacional exercida pelo Estado de Israel sobre o povo palestino, está diante de mais uma teatralização. A destruição e a matança na Faixa de Gaza, que chegou a casa dos 36 mil mortos, respondem à determinação do Estado sionista de anexar completamente o que resta de território que abriga os palestinos. Essa foi a trajetória estabelecida desde a constituição formal do Estado de Israel, decidida entre 1947 e 1948 pela ONU. Os Estados Unidos assumiram no lugar da Inglaterra o objetivo de concretizar o pleito do movimento sionista organizado no final do século XIX.

A instalação de um enclave no Oriente Médio, resultante de uma nova partilha após a Segunda Guerra Mundial, atendia à necessidade do imperialismo norte-americano afirmar a sua hegemonia internacional. O movimento sionista pequeno-burguês, apoiado e embalado pelo capital financeiro e por Estados como o da Inglaterra e, em seguida, o dos Estados Unidos, passava a servir definitivamente aos interesses do imperialismo em controlar o Oriente Médio. O sionismo tornou-se um instrumento para os Estados Unidos e aliados da Segunda Guerra combaterem o nacionalismo árabe que despontou desde a Primeira Guerra nas condições de desintegração do Império Otomano. Era evidente que a criação do Estado de Israel desencadearia uma guerra de expulsão dos palestinos de suas terras e apropriação de seu território.

Após mais de 70 anos, a colonização sionista chega ao seu auge com a segunda ocupação militar da Faixa de Gaza, cujos sinais de genocídio são inconfundíveis. Ocorre nas condições de um cerco econômico e policial a essa pequena porção territorial que resistiu por meio das Intifadas e da organização militar do Hamas, sobretudo. O recuo da primeira ocupação da Faixa de Gaza foi substituído pelo cerco que transformou 2,3 milhões de palestinos em prisioneiros de um “campo de concentração a céu aberto”. Concomitantemente, a burguesia sionista avançou a colonização da Cisjordânia, sob a Autoridade Palestina serviçal do imperialismo.

Os Estados Unidos não só patrocinaram a artificiosa criação do Estado de Israel como passaram a controlá-lo com o financiamento de bilhões de dólares anuais e com o fornecimento de armas. Por meio da ONU, o imperialismo alimentou o colonialismo sionista. Agora, se chegou à etapa em que o genocídio é praticado em nome da segurança e da existência do Estado de Israel, na Faixa de Gaza, e o violento impulso à colonização, na Cisjordânia. O massacre que passou do norte para o sul da Faixa de Gaza caminha livremente em Rafah. Os bombardeios mais recentes já ceifaram a vida de 66 palestinos, ampliando a matança para mais de 36 mil.

É monstruosa a teatralização da ONU e de seus tribunais quando o Estado sionista e seu amo, os Estados Unidos, desconhecem e zombam descaradamente de suas resoluções. Fazem parte desse jogo macabro as manobras em torno à constituição de um Estado palestino, segundo a resolução da ONU de dois Estados, aprovada em 1948, e os acordos de Oslo em 1993. Resoluções e acordos foram rasgados, pisoteados e encharcados de sangue palestino. Para continuar apoiando o Estado sionista, os Estados Unidos e aliados europeus levantam a bandeira de uma paz sem o Hamas e sob a intervenção de forças externas que estão claramente do lado de Israel. Biden mantém o fornecimento de armas de precisão, apropriadas ao bombardeio de cidades e populações. A aprovação

pelo Congresso norte-americano de mais recursos para assegurar a continuidade da política sionista encarnada pela ultradireita e encabeçada pelo governo de Netanyahu representa apoio ao genocídio. Eis por que depois das decisões do TPI e CIJ e diante dos ataques em Rafah, os Estados Unidos saíram em defesa de Israel e de seu governo, e minimizaram a matança que se seguiu. Por mais que a ONU finja condenar as mortes de civis e os Estados Unidos finjam pressionar Netanyahu a tomar mais cuidado com as ações militares, a prepotência do Estado sionista e a tragédia vivida pelos palestinos na Faixa de Gaza jogam por terra o cinismo do imperialismo.

As massas oprimidas em várias partes do mundo estão do lado do povo palestino e de sua luta contra a colonização sionista. As manifestações diante do ataque em Rafah, na França e Inglaterra, foram duramente reprimidas para que não se incorpassem e servissem de exemplo aos trabalhadores da Europa e outros continentes. Mesmo nos Estados Unidos, onde o movimento estudantil de ocupação das universidades foi disperso pela violência policial e punição institucional, a manifestação pró-palestinos mostrou o rechaço ao genocídio e condenou o apoio de Biden. Em vários países árabes, a mobilização reagiu à passividade e ao colaboracionismo dos governantes e da feudal-burguesia.

Este ato que realizamos no Brasil é parte de um amplo movimento internacional contra o genocídio. Não está mais fortalecido porque as direções sindicais e políticas que se reivindicam dos trabalhadores e que condenam verbalmente o genocídio continuam na passividade. Essa conduta reflete as diretrizes do governo Lula, que também não aceita a matança, mas não rompe com o Estado sionista. As pressões das organizações sionistas no Brasil são poderosas. Influenciam o Congresso Nacional, os governantes e os militares. As manifestações ainda não conseguiram passar por cima desses poderosos bloqueios, mas refletiram o movimento antissionista e anti-imperialista que se ergueu e se mantém vivo em todo o mundo.

Está nas mãos da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida a tarefa de potenciar as bandeiras que se chocam com a dominação imperialista e que abrem caminho para a unidade dos explorados travar a batalha pela defesa da autodeterminação da nação oprimida e pelo fim do genocídio.

O Partido Operário Revolucionário e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) têm se empenhado em impulsionar as manifestações e constituir a frente única anti-imperialista desde as fábricas às escolas. Têm criticado a conduta passiva das direções sindicais, populares e estudantis. Em particular, o POR rejeita as posições ambíguas e inconsequentes do governo Lula, que reflete as pressões dos Estados Unidos e das forças político-parlamentares que se ajustam ao sionismo.

O aparato de propaganda do sionismo voltado a combater o movimento pró-palestina como se fosse expressão do antissemitismo é poderoso. O alinhamento em torno às posições de Biden da imprensa brasileira é gigantesco. Essas forças agem em favor do sionismo como se o Estado de Israel fosse a consolidação da luta do povo judeu contra o antissemitismo.

A opressão sofrida pelos judeus no transcurso milenar da história não poderia e não pode ser resolvida nos marcos do capitalismo em decomposição. Não será oprimindo os palestinos e praticando o genocídio que os judeus poderão conservar o seu lugar na história e fazer parte do objetivo de eliminar toda forma de opressão nacional, que tem em sua base a opressão de classe.

O antissemitismo sobreviveu à derrocada do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Não pôde ser eliminado porque tem profundas raízes na sociedade de classes. Ao oprimir barbaramente os palestinos, o sionismo favorece a emersão do antissemitismo. Tais forças compõem o nacionalismo reacionário e obscurantista. Ao contrário da campanha do aparato sionista em favor da ocupa-

ção militar da Faixa de Gaza e, assim, em favor de todas suas consequências que ferem os princípios elementares da humanidade, o Estado sionista não está em posição de combate ao antissemitismo. A luta contra o genocídio e pela autodeterminação da nação oprimida é a via para superar o sionismo e eliminar definitivamente o nacionalismo antissemita.

O programa que responde historicamente à questão judia e à opressão sofrida pelos palestinos é aquele que une judeus, palestinos e árabes sob uma República Socialista da Palestina, que se

imporá mais cedo ou mais tarde como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, que por sua vez se erguerá nos marcos da revolução mundial dirigida pelo proletariado.

Trabalhadores e juventude oprimida, toda força à luta do povo palestino por sua autodeterminação. Pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza! Organizar desde as fábricas às escolas a frente única anti-imperialista. Esse é o caminho da vitória da civilização contra a barbárie.

São Paulo

## Manifestação em defesa do povo palestino

Aconteceu na Av. Paulista, no dia 30, uma manifestação em apoio à luta do povo palestino, chamada pela Frente Palestina de São Paulo. Foi importante pois reuniu algumas centenas de pessoas, ainda que se mantenha a ausência das grandes entidades como a CUT e a UNE, que seguem com uma linha política passiva em relação ao genocídio dos palestinos.

O POR participou da manifestação com seu manifesto, em que aponta a teatralização da ONU em relação ao genocídio, o livro da Palestina, além de outros materiais e intervenção no carro de som. Iniciou e concluiu sua intervenção saudando a resistência heroica do povo palestino e sua luta pela autodeterminação. Expressou ainda que os principais acontecimentos dos últimos dias foram os bombardeios do Estado sionista ao campo de refugiados em Rafah, por um lado, e a hipocrisia burguesa da ONU e seus organismos, como o Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional, que de conjunto emitem resoluções e discursos que são diuturnamente ignorados por Israel. O POR explicou que a prepotência de Israel está alicerçada no apoio financeiro e militar dos EUA. Em nossa intervenção, expressamos ainda que não será pelo caminho dos organismos burgueses e governos que a Palestina se libertará de toda a opressão nacional que sofre, opressão essa que é expressão da opressão de classe. Assim, a luta deve se dar no terreno da luta de classe, com os métodos próprios dos trabalhadores. As manifestações massivas pelo mundo todo são o ponto de partida para a libertação da Palestina. As manifestações no Brasil são importantes por se inserem nesse contexto, mas carecem de peso já que as grandes organizações dos trabalhadores e da juventude seguem à margem dessa luta, se limitando a apoios episódicos.

O ato marchou de uma ponta até outra da avenida. A maioria das intervenções foi de apoio ao governo Lula por retirar o embaixador brasileiro de Israel. O essencial, e não dito pelas correntes

que enaltecem o governo, é que Lula trouxe o embaixador, mas manteve a embaixada funcionando, portanto mantendo as relações diplomáticas com Israel.

Persiste a tarefa de impulsionar as manifestações e ações concretas no Brasil, como greves e bloqueios, como forma de construir uma frente única anti-imperialista e impor ao governo brasileiro ações efetivas contra o genocídio.

### Pronunciamento do POR

**Viva a resistência heroica do povo palestino! Viva a luta do povo palestino por sua autodeterminação!**

*Boa tarde, camaradas, falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Nós dizemos que nos últimos dias dois acontecimentos são muito importantes e merecem destaque. Por um lado, o ataque do Estado sionista de Israel a Rafah, principalmente ao campo de refugiados. E, por outro, a teatralização da ONU em relação ao genocídio.*

*Do lado do genocídio de Israel, o que nós vemos, o que nós devemos destacar, é a prepotência do Estado sionista. E por que ele é prepotente? Porque mesmo com as declarações, mesmo com as manifestações, com os pedidos dos governos burgueses, mesmo com as resoluções da ONU, Israel segue atacando, segue bombardeando. Já são mais de 36 mil mortos palestinos.*

*E, do outro lado a teatralização da ONU, é uma encenação, é uma hipocrisia. Porque a Corte Internacional de Justiça decretou que Israel não poderia mais bombardear; o Tribunal Penal Internacional decretou a prisão de Netanyahu, mas também decretou a prisão dos líderes do Hamas. Por esse caminho, camaradas, igualando os dois lados, não teremos solução para o problema da Palestina. Não tem igualdade dos dois lados. A ONU é parte do problema. A ONU é que criou o Estado de Israel através da investida dos Estados Unidos.*

*A solução não se dará pela ONU. Não se dará por tribunais internacionais da burguesia. Não se dará por governos que declaram isso ou aquilo, mas que não partem para a ação prática. E nesse sentido, o governo brasileiro fica nas palavras. Não adianta tirar o embaixador, mas manter a embaixada funcionando. Isso significa que o governo Lula não rompe; e não é por falta de pedido.*

*Então qual é o caminho, camaradas? O caminho é a pressão. A pressão através da luta política, através da luta de classes. O governo Lula não precisa ser convencido, ele precisa ser pressionado. E para ser pressionado, precisa das greves e das mobilizações massivas do Brasil.*

*Concluo dizendo que essa manifestação aqui é muito importante. Faz parte da luta internacional. Mas ela precisa de mais. Precisa de base, de massa. E para isso, as organizações dos trabalhadores precisam estar aqui. A CUT precisa estar aqui, os grandes sindicatos e os grandes partidos precisam colocar toda a força. Esse é o caminho da vitória: manifestações massivas no Brasil como parte da luta anti-imperialista internacional!*

**Viva a resistência heroica do povo palestino!**

**Viva a sua luta pela autodeterminação!**



# É agora! É com todos os oprimidos! Unitariamente!

*Confiando exclusivamente em nossos próprios métodos de luta, em nossa própria organização, com uma política independente da burguesia, de suas instituições e de seus partidos*

O governo de Milei é desmascarado, mostrando todas as manobras que os empresários fazem para defender a Lei Bases, as manobras com governadores e parlamentares para tentar evitar que essa nova versão afunde.

Com o passar das semanas, fica cada vez mais claro o desastre que provocou na economia. Um caos que derrubou a arrecadação de impostos, que diluiu os efeitos da megadesvalorização, que aumentou drasticamente o endividamento, que paralisou a economia com uma queda prolongada, pior do que na pandemia. A pobreza, o desemprego e a precariedade crescem em todas as áreas. Não há setor dos oprimidos que não esteja sofrendo as consequências dessa política.

É nesse contexto que cresce a resistência popular, fica mais difícil para os senadores aprovarem essa lei, não têm como defender sua aprovação, mas estão, sobretudo, subordinados às pressões dos capitalistas que elaboraram a lei.

O governo comemora o fato da inflação ter “caído” para 8,8%, um registro muito alto com uma queda extraordinária no consumo. Esta situação não é suportável por muito tempo. O governo teve de recuar de alguns aumentos de preços, teve de enviar dinheiro para as províncias, aumentar as dotações para a universidade, mostrando a inconsistência de suas políticas em que só os especuladores ganham.

O governo, em sua debilidade, conseguiu aprovar a Lei Bases na Câmara dos Deputados, comprando a disposição de uma sé-

rie de “opositores”, que fizeram discursos inflamados contra, mas que acabaram votando a favor.

A crise política da burguesia é muito profunda, ainda não há alternativa para substituir Milei - eles têm de construí-la.

Os oprimidos estão ditando o ritmo de uma resistência crescente, com greves parciais, duas greves gerais, mobilizações imponentes, uma luta nacional que se generaliza, mas que precisa encontrar sua expressão política em uma frente única anti-imperialista que unifique os oprimidos sob a liderança da classe operária com a perspectiva de lutar pelo seu próprio poder, para impedir que Milei seja substituído por outro politiquês que nos leve a novas frustrações. Essa é a orientação da burocracia da CGT/CTA e das organizações de direitos humanos: preparar-se com uma grande frente anti-Milei para derrotá-lo nas urnas.

Insistimos, não é nas urnas, não é pelo voto, não é no Congresso que vamos conseguir derrotar essas políticas. É preciso que a classe operária, que nunca governou, assuma as rédeas do país para organizar a economia sobre outras bases, apoiando-se na grande maioria oprimida. Expropriando os grandes meios de produção, transformando-os em propriedade social. Para que isso seja possível, precisamos construir a direção revolucionária, o partido da classe operária, que estamos pondo em pé a partir do POR-CERQUI.

*(Extraído do Jornal Massas, nº 457, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

## Argentina

# OTAN continua avançando no Atlântico Sul

*Fora a OTAN da Argentina e da América Latina!*

*Recuperar as Malvinas!*

Em 4 de abril, Milei disse que a criação de uma base conjunta com os EUA em Ushuaia seria “um grande centro logístico que constituirá o porto de desenvolvimento mais próximo da Antártida e transformará nossos países na porta de entrada para o continente branco”.

Não é um simples empreendimento marítimo: representa um posicionamento geopolítico. É a presença dos Estados Unidos visando a se tornar o ator principal no Atlântico Sul. Já não é apenas a presença da Inglaterra nas nossas Malvinas.

Desde então, cinco navios da Otan chegaram. A Marinha francesa mobilizou três embarcações – o navio de patrulha ultramarino (POM) “Teriieroo a Teriierooiterai”; o porta-helicópteros Tonnerre e a fragata Guépratte (com os quais foram realizados exercícios combinados com a Marinha); o cortador James da Guarda Costeira dos EUA e o porta-aviões USS George Washington – com sua tropa aérea embarcada.

Ao final do exercício conjunto, o grupo naval francês seguiu para o porto de destino Ushuaia.

“O comandante da ANAU, comodoro Martí Garro, visitou o navio francês. Lá, realizou uma reunião com seu comandante para conhecer o funcionamento da embarcação cuja missão é combater o tráfico de drogas e a pesca ilegal, entre outras tarefas de segurança”. O relatório da Marinha não esclarece que as funções de segurança lhe são expressamente vedadas.

Assim como os EUA desempenharam um papel importante na Guerra das Malvinas, apoiando a Inglaterra contra nosso país, a França contribuiu com seu conhecimento de segurança instruindo soldados argentinos. O Exército argentino incorporou a Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR) – aplicada na Argélia – desde a chegada ao país da primeira missão militar francesa, em 1957, que se tornou a Doutrina de Segurança Nacional aplicada pela última ditadura.

Milei recebeu o buque Cutter James da Guarda Costeira dos EUA. Chama muito a atenção que o presidente receba um barco patrulha de outra nação. A missão da Guarda Costeira foi cercada por fatos confusos para receber autorização.



Em 19 de janeiro de 2024, o Poder Executivo protocolou a MENSAJE nº 4/2024 na Câmara dos Deputados. O projeto contém quatro artigos, o segundo era o projeto da Lei de Bases e o terceiro expressava: "Projeto de lei que autoriza a entrada de tropas estrangeiras no território nacional para participar do exercício"; "Treinamento Combinado para a Defesa dos Recursos Pesqueiros Argentinos", a ser realizado entre a Prefeitura Naval da República Argentina e o buque USCG James da Guarda Costeira dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA durante o mês de abril de 2024."

Esse projeto de autorização nunca foi discutido, de modo que o ingresso nunca foi autorizado, e nem a saída das próprias tropas para realizar o exercício fora da jurisdição nacional.

Em 9 de abril, o Ministério da Segurança publicou uma resolução autorizando a entrada do navio James, baseando sua argumentação na Lei 25.880, nas exceções válidas, que não eram tais.

Foi um exercício combinado e conjunto da Prefeitura Naval Argentina com a Guarda Costeira dos Estados Unidos para controlar as atividades pesqueiras, segundo o Ministério da Segurança, violando as normas legais que regulam os movimentos de pessoal e meios de defesa nacional e segurança interna.

No último mês, a Marinha argentina vem discutindo questões de segurança interna com autoridades militares de outro país. O Ministério da Segurança descumpriu as disposições da Constituição Nacional e da Lei 25.880, e o presidente liderou um evento com militares americanos tocando seu hino dentro de uma unidade da Marinha argentina.

A navegação de unidades navais e o projeto da Base Naval Conjunta demonstram a intenção concreta da OTAN de se instalar em território nacional com o apoio do Governo.

Essa atividade antinacional, que viola a soberania, é o correlato da subordinação nos campos econômico e diplomático. A classe operária deve encabeçar a rebelião nacional para acabar com essa opressão insuportável.

(Dados retirados do artigo publicado pelo Dr. Roberto López, assessor parlamentar da Comissão de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados e da Comissão Bicameral de Inteligência do Congresso).

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 457, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Trotsky

## 32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos *Escritos de Trotsky*. No *Jornal Massas* 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas* 707, tratamos do Tomo 1, vol. 4. No *Massas* 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: "Aos Camaradas Búlgaros" e "Termidor e Bonapartismo". No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: "Problemas

do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa". No *Jornal Massas* 710, usamos o Tomo IV, vol.1: "Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional". No *Jornal Massas* 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: "É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional". No *Jornal Massas* 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: "A natureza de classe do Estado soviético". No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se en-

contram no documento "A Guerra e a IV Internacional", de 10 de junho de 1934. No *Massas* 715, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina "O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo". Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. Agora, concluiremos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento "O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo", de 1º de fevereiro de 1935.

## O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo

Temos acompanhado o quanto Trotsky deu importância ao surgimento e ao desenvolvimento do revisionismo antileninista incorporado por Stalin, sua camarilha e a burocracia soviética. Nesse terreno, surgiram as primeiras divergências de caracterização no seio da Oposição de Esquerda Russa. Analisar e compreender até onde as deformações do regime soviético, da ditadura do proletariado e, portanto, do Estado operário tinham impulsionado o processo de restauração capitalista implicavam a tática a ser desenvolvida na luta em defesa dos fundamentos sociais constituídos pela Revolução de Outubro.

Trotsky se valeu das experiências da revolução burguesa na França como termo de comparação com o que se passava na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo claras as diferenças históricas entre a revolução burguesa e a revolução proletária, a revolução que derrubou o regime monárquico feudal estabelecendo as bases da sociedade capitalista e a que pôs abaixo o regime burguês abrindo o processo de transição do capitalismo ao socialismo. A analogia servia de base de apoio para compreender o novo percurso aberto pela revolução proletária e os fenômenos desconhecidos já que pela primeira vez rompia-se um elo na cadeia

mundial do capitalismo e a classe operária russa assumia o poder dirigida pelo partido que encarnava o programa de transformação das relações capitalistas de produção em relações de produção socialistas.

A emergência de uma burocracia dirigente do Estado operário, a luta no interior do Partido Bolchevique (Partido Comunista Russo) em torno à estratégia programática e a derrota da fração revolucionária remetiam ao fenômeno histórico da contrarrevolução que se abriga nas entranhas da revolução. A queda dos Jacobinos em 1794, que expressavam as forças transformadoras da revolução burguesa, e a ascensão das forças conservadoras corresponderam ao que se denominou de Termidor, ou seja, o período da reação. Na URSS, a derrota da Oposição de Esquerda deu lugar à discussão sobre a origem de uma reação termidoriana, que poderia conduzir à restauração capitalista.

Em 1926, momento em que Stalin se encontrava de posse de plenos poderes, suscitou no interior da oposição a discussão se o Termidor já havia ou não triunfado. Trotsky relata sua divergência com Smirnov, dirigente da fração “Centralismo Democrático”, que acabou levando a uma ruptura. O documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo” objetiva fazer um balanço sobre a caracterização do Termidor e a situação objetiva que se encontrava a burocratização do regime soviético em 1935, portanto, 9 anos depois da discussão com Smirnov e seus partidários. Situação em que o conceito de Termidor havia “perdido o seu conteúdo concreto” e deixava de ser adequado “para caracterizar a etapa que atravessa a burocracia estalinista e a catástrofe que está preparando”.

Trotsky assume a necessidade de uma autocrítica, precisamente para confirmar o seu acerto diante da afirmação de Smirnov de que o Termidor já era um fato e que a restauração havia chegado a um ponto sem retorno. Nesse sentido, Trotsky se opunha à avaliação de que “a degeneração do partido havia progredido tanto que se tornou impossível voltar à via socialista sem uma nova revolução”, de maneira que o Termidor havia “liquidado as conquistas fundamentais da Revolução de Outubro”. Para o dirigente da fração Oposição de Esquerda, as forças restauracionistas burguesas não podiam triunfar definitivamente sem que fossem por meio “de um golpe contrarrevolucionário”. A burocracia governante dividida ainda permitia que sua fração “centrista se inclinasse diante dos operários em busca de apoio contra o avanço da burguesia agrária”. Eis por que o Termidor se encontrava em andamento. Essa posição havia portanto se confirmado pelos acontecimentos.

Vejamos a conclusão: “Confirmou-se totalmente o prognóstico dos bolcheviques leninistas (...) Hoje (refere-se a 1935), não cabe discussões sobre esse ponto. O desenvolvimento das forças produtivas não seguiu a via da restauração da propriedade privada, mas com base na socialização, na administração planificada”. Tratava-se, naquele momento, de “admitir que a analogia do Termidor obscureceu mais do que esclareceu o problema”. (...) “A transformação social que se deu entre 1789 e 1793 foi de caráter burguês. Na essência, se reduziu à substituição da propriedade feudal fixa pela ‘livre’ propriedade burguesa. A contrarrevolução ‘correspondente a essa revolução teria de ter levado ao restabe-

lecimento da propriedade feudal. No entanto, o Termidor nem mesmo procurou tomar essa direção. (...) Todas as mudanças (...) ocorreram sobre a base da nova sociedade e do novo Estado da burguesia. O Termidor foi a reação atuando sobre os fundamentos sociais da revolução”.

Essa explicação é fundamental para se ter uma “caracterização marxista da URSS”. Eis: “Evidentemente, a Rússia de hoje se parece muito pouco com a República Soviética que Lênin descreveu em 1917 (nem burocracia, nem exército permanente, direito de remover a qualquer momento os funcionários eleitos e controle ativo das massas sobre eles ...)”. “Um marxista dirá que a URSS atual obviamente não se aproxima das normas a priori de um Estado Soviético”. (...) “Quando o grupo ‘Centralismo Democrático’ declarou em 1926 que o Estado Operário estava liquidado evidentemente enterrava em vida a revolução. Distintamente, a Oposição de Esquerda elaborou um programa de reformas do regime soviético”.

É nesse momento que Trotsky apresenta uma linha política correspondente à caracterização da URSS nas condições em que a burocratização e o domínio do revisionismo estalinista estavam instalados. O “programa de reformas do regime soviético” estava de acordo com a compreensão de que o Termidor não havia triunfado e a fração centrista dirigida por Stalin ainda conservava os fundamentos da Revolução de Outubro. A luta da Oposição de Esquerda, assim, se dava no terreno das reformas.

E o que dizer sobre a ditadura do proletariado e a ditadura da burocracia? Apesar da ditadura burocrática, “o Estado Soviético continua sendo instrumento histórico da classe operária enquanto garantir o desenvolvimento da economia e da cultura sobre a base dos meios de produção nacionalizados e, em virtude disso, prepara as condições para uma genuína emancipação dos trabalhadores por meio da liquidação da burocracia e da desigualdade social”. Enquanto perdurasse essa situação contraditória com o desenvolvimento das forças produtivas socialistas, a vanguarda revolucionária combateria com o programa de reformas, seguindo o objetivo de recuperar a ditadura do proletariado. A ditadura burocrática não cumpria a função de ditadura de classe da burguesia. Mas as contradições acabariam por exigir uma solução.

Era preciso ter claro que as formas do regime político no processo de transição do capitalismo ao socialismo poderiam variar. Eis: “No lapso que se estende da conquista do poder até a dissolução do Estado Operário na sociedade socialista, as formas e os métodos do governo proletário podem sofrer marcadas mudanças, determinadas pelo curso interno e externo da luta de classes (...). Assim a atual do-

**LANÇAMENTO!**

**GUERRA NA  
UCRÂNIA**

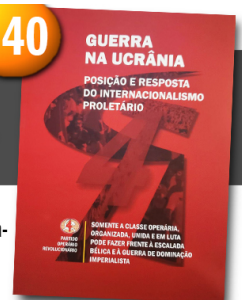
Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

**R\$ 40**

**GUERRA  
NA UCRÂNIA**  
POSICÃO E RESPOSTA  
DO INTERNACIONALISMO  
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



minação de Stalin não se parece em nada com o governo soviético dos primeiros anos da revolução. A substituição de um regime por outro não se deu abruptamente, mas através de uma série de medidas, de pequenas guerras civis da burocracia contra a vanguarda operária. Analisado historicamente o que liquidou a democracia soviética foi a pressão das contradições sociais (...). Nesse sentido, é correto falar da ditadura da burocracia e inclusive da ditadura pessoal de Stalin. Mas, essa usurpação realizou-se e manteve-se somente porque o conteúdo social da ditadura da burocracia está determinado pelas relações de produção criadas pela revolução proletária. Neste plano, podemos dizer justificadamente que a ditadura do proletariado encontrou sua expressão deformada, mas sem dúvida na ditadura da burocracia”.

Chegando a esse ponto da explicação histórica da burocratização, Trotsky admite que havia chegado o momento de se fazer uma revisão e correção da analogia histórica com o Termidor. A revisão tinha por referência as discussões internas à Oposição de Esquerda Russa e depois à Oposição Internacional. O entendimento de que o Termidor seria “a primeira etapa da contrarrevolução burguesa, dirigida contra a base social do Estado operário” se mostrou correto, mas “a analogia histórica permaneceu revestida de um caráter puramente condicional e não realista, que entrou em contradição crescente com a necessidade de analisar a evolução mais recente do Estado Soviético”.

Trotsky vê a necessidade de analisar detidamente a evolução da ditadura burocrática, sem desconhecer que a “revolução proletária já está exposta a um perigo mortal com o atual regime de Stalin (...)”. Adentra, assim, à discussão sobre regime político: “Na medida em que a burocracia se independiza em que quanto mais poder se concentra em uma só pessoa, em maior medida o centrismo burocrático dá lugar ao bonapartismo”. O bonapartismo de origem soviético, distintamente do de origem jacobino, está em que o primeiro se assenta na revolução operária e camponesa e o segundo na revolução burguesa. O bonapartismo do regime burocrático estalinista se impõe “por meio do esmagamento de seu programa internacional, seu partido dirigente, seu sovietes”. (...) “Apoiando-se nos setores mais altos da nova hierarquia social contra os mais baixos – e as vezes ao contrário – Stalin conseguiu concentrar totalmente o poder em suas mãos”.

O fundamental do reconhecimento que o regime estalinista se elevava à condição do bonapartismo está no prognóstico daí derivado: “O inevitável colapso do bonapar-

tismo estalinista questionará imediatamente o caráter de Estado Operário da URSS. Uma economia socialista não se pode construir sem um poder socialista. O destino da URSS como Estado socialista dependerá do regime político que surja para substituir o bonapartismo estalinista. Somente a vanguarda revolucionária do proletariado poderá regenerar o sistema soviético se novamente se mostrar capaz de mobilizar ao seu redor os trabalhadores da cidade e do campo”. (...) “O inevitável colapso do regime político estalinista levará ao estabelecimento da democracia soviética somente no caso em que a liquidação do bonapartismo seja produto consciente da vanguarda proletária. Em qualquer outro caso, o lugar do estalinismo só poderá ser ocupado pela contrarrevolução capitalista-fascista”. (...) O que mais debilita a luta da vanguarda proletária da URSS contra o bonapartismo são as constantes derrotas do proletariado mundial”. (...) “A causa principal das derrotas do proletariado mundial radica na criminoso política da Comintern, cega servidora do bonapartismo estalinista e ao mesmo tempo a melhor aliada e defensora da burocracia reformista”. (...) “A luta pela salvação da URSS como Estado socialista coincide totalmente com a luta pela IV Internacional”.

As formulações que se acham desenvolvidas no documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo” comprovam o rigor científico de Trotsky em estabelecer uma linha programática e política no combate objetivo à degeneração do Estado Operário e ao revisionismo estalinista. A sua contraposição aos erros de caracterização de Smirnov e da fração Centralismo Democrático foi decisiva para armar programaticamente a Oposição de Esquerda que se constituiu em combate ao processo de burocratização e degeneração do Estado Operário. A admissão da necessidade de rever as posições de 1926 sobre o Termidor expôs o método marxista de analisar o movimento vivo da realidade.

(As citações foram extraídas da obra *Escritos, Trotsky, Tomo VI, vol.1, 1934-1935, Editorial Pluma*)

**LANÇAMENTO!**

**PALESTINA**  
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINÓ

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

**Escute o Massas,**  
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

